



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

**ARQUEOLOGIAS EM TEMPOS E CULTURAS, PELA CONSCIÊNCIA  
CRÍTICA DE MUNDOS EM CONFLITO  
Musealização, patrimônio e acessibilidade**

**Áreas do conhecimento:** Arqueologia e Museologia  
**Subárea do conhecimento:** Teoria e Método em Arqueologia;  
**Especialidade do conhecimento:** Musealização, patrimônio e acessibilidade;

Relatório Final  
Período da Bolsa: de (08/2019) à (07/2020)

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/COPEs

**Orientador:** Bruno Sanches Ranzani da Silva  
**Autora:** Camila Cavalcante

## Lista de Figuras

Figura 1 - Catálogo Levantamento Bibliográfico .....	16
Figura 2 - Índice de Resumos .....	17
Figura 3 - Banco de Dados com os Trabalhos Levantados na Pesquisa .....	17
Figura 4 - Passo a passo MuseusBr .....	20
Figura 5 - Polígono da Área de Distribuição dos Bens Tombados Musealizados .....	30
Figura 6 - Cópia do Plano de Trabalho: Urbanização e Segregação Social em Aracaju .....	60
Figura 7 - Cronograma de Atividades .....	38

## Lista de Gráficos

Gráfico 1- Porcentagem de resultados nas buscas no BDTD, GA e RIUFS .....	15
Gráfico 2- Resultado da busca por área do conhecimento .....	15
Gráfico 3- Amostra das Instituições com Acessibilidade .....	27
Gráfico 4 - Instalações e Serviços de Acessibilidade nos Museus de Aracaju - SE .....	27
Gráfico 5 - Tipos de Instalações com Acessibilidade .....	28

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Lista de Siglas e nível de abrangência .....	14
Tabela 2 – Dados sobre Acessibilidade nos Museus de Aracaju - SE .....	22
Tabela 8 - Metodologia Aplicada .....	38
Tabela 3 - Catálogo Levantamento Bibliográfico .....	40
Tabela 4 – Bens Tombados em Aracaju à nível Federal .....	50
Tabela 5 - Bens Tombados em Aracaju a nível Estadual .....	54
Tabela 6 - Lista de Bens Tombados a nível Municipal .....	58
Tabela 7- Características Gerais da População - Resultados da amostra .....	59

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	4
1.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA .....	6
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	13
2.1 GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	14
3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO .....	14
3.2 MAPEAMENTO DOS MUSEUS EM ARACAJU.....	18
3.3 ATIVIDADE DE CAMPO.....	20
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	21
4.1 RESULTADOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO .....	21
4.2 RESULTADO DO MAPEAMENTO DOS BENS TOMBADOS E MUSEUS EM ARACAJU .....	21
4.3 RESULTADO DA ATIVIDADE DE CAMPO .....	29
4.4 DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS .....	30
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	32
<b>6 PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS</b> .....	33
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	34
<b>8 OUTRAS ATIVIDADES</b> .....	36
<b>9 JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO</b> .....	38
<b>APÊNDICES</b> .....	40
APÊNDICE A – Catálogo Bibliográfico .....	40
APÊNDICE B – Índice de Resumos .....	48
APÊNDICE C – Lista de Bens Tombados em Aracaju à nível Federal.....	50
APÊNDICES D – Lista de Bens Tombados em Aracaju a nível Estadual .....	54
APÊNDICE E - Lista de Bens Tombados a nível Municipal .....	58
<b>ANEXOS</b> .....	59
ANEXO A – Censo Demográfico IBGE, 2010.....	59
ANEXO B – Plano de Trabalho: Urbanização e segregação social em Aracaju.....	60

## 1 INTRODUÇÃO

Os debates acerca da acessibilidade são muitos e estão presentes em diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, o presente estudo buscou apresentar as dificuldades de vivência do espaço patrimonial por pessoas cegas, surdas e mudas<sup>1</sup>, procurando por formas de fruição do patrimônio físico, bem como de suas narrativas. A partir da verificação das condições de acessibilidade do Patrimônio Cultural de Aracaju – SE, buscamos demonstrar como o Patrimônio pode contribuir para a segregação social ao restringir seu acesso a condições específicas de anatomia e fisiologia humanas, agravadas ainda, por fatores de desigualdades econômicas e sociais.

O recorte de acessibilidade realizado neste trabalho se deve ao entendimento de que as dificuldades de vivência no espaço público por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, envolvem, além da estrutura física, a comunicação, questão fundamental para pensarmos a construção e divulgação de narrativas sobre o patrimônio cultural.

Para isso, buscou-se investigar as condições de acessibilidade ao Patrimônio Cultural de Aracaju (SE), a partir de seus bens tombados e instituições museológicas. Em face da quantidade de objetivos de trabalho deste primeiro recorte, priorizamos a análise das instituições museológicas, localizadas em edificações tombadas ou não, para otimizar o trabalho de investigação.

É frequente entre arqueólogos/os, museólogas/os e arquitetas/os, as discussões sobre acessibilidade ao patrimônio e suas narrativas ao grande público. Como grande público, nos referimos aos não acadêmicos, ou pessoas e profissionais não ligados as políticas, ações e pesquisas relacionados ao Patrimônio (Silva, 2011).

Entre os profissionais da arqueologia, o grande problema diz respeito ao pensar as formas de divulgar, informar, conscientizar, compartilhar os conhecimentos acerca das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil para este público não acadêmico. Dessa problemática surgiu na década de 70, a Arqueologia Pública, um campo da Arqueologia voltado à divulgação e aproximação do conhecimento arqueológico do público não acadêmico (Silva, 2011)

---

<sup>1</sup>A separação nos termos **surdo** e **mudo** se dá pelo entendimento de que a surdez ou deficiência auditiva, não implica na impossibilidade de fala. Porém, existem pessoas que apresentam essa condição de impossibilidade por outros fatores, como os causados por sequelas graves nas cordas vocais por AVC ou outras causas. Doenças como câncer, mutilações e outras que resultam na perda ou ausência da língua e problemas nas cordas vocais.

A partir de 1986, a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA<sup>2</sup>) nº 001, estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA<sup>3</sup>), estabelece as bases do licenciamento ambiental no Brasil. Grandes obras de engenharia devem ser precedidas por projetos de pesquisa ambiental e cultural no local dos empreendimentos que desejam executar, sob responsabilidade das empresas executoras das obras, visando assim, avaliar e dirimir os impactos causados pelas mesmas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Consequentemente, ela aumentou a atuação de arqueólogos/os no âmbito da Arqueologia Pública, pela necessidade de comunicar e chamar as comunidades no entorno dos empreendimentos para o diálogo (TAUHYL, [2020]).

Assim como os órgãos ambientais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN<sup>4</sup>), hoje vinculado ao Ministério do Turismo (antes, ao Ministério da Cidadania), é responsável pela preservação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural brasileiro à sociedade do presente e às futuras gerações (IPHAN, 2020). Por meio da Instrução Normativa (IN) nº de 25 de março de 2015, ordenamento mais recente, orienta os trabalhos de pesquisa de Arqueologia no Brasil no âmbito acadêmico e do contrato (no Licenciamento Ambiental).

E como parte das atividades obrigatórias estabelecidas pelo IPHAN, na IN 001/2015, encontram-se as ações voltadas à divulgação das pesquisas e a Educação Patrimonial. Dentre as diversas formas de comunicar/divulgar/educar sobre o Patrimônio, está a musealização deste, que seria o “ato ou efeito de musealizar, de integrar em museu ou de transformar em peça de museu” (Priberam, 2020).

Através desse ato, seria possível cumprir com os objetivos (em parte, e mais adiante explicarei o porquê) exigidos pelo IPHAN no tocante as ações de divulgação e educação patrimonial. Afinal, os

Museus são representações midiáticas poderosas porque elas lidam com o próprio material sobre os quais repousam reivindicações de identidade e verdade. Sua concretude, sua posse da “evidência”, seu status oficial e sua associação com a Academia, dão ao Museu maior autoridade e reivindicações à verdade que qualquer outra mídia (Merriman 2004b, p. 86, *apud*. Silva, 2011, p. 91).

Um dos importantes desafios que essa ação acarreta na maioria dos casos, é justamente a questão levantada por esta pesquisa, o da acessibilidade. Elencamos os fatores relacionados para melhor explicar como eles se impõe aqui:

---

<sup>2</sup>Instituído pela Lei Federal nº 6.938 de 2 de setembro de 1981.

<sup>3</sup>Instituído pela Lei Federal nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989.

<sup>4</sup>Instituído pela Lei Federal nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

- 1) A maior parte das instituições museológicas brasileiras constituem-se de edificações ou espaços musealizados. Ou seja, foram adaptados à esta função;
- 2) Esses, por sua vez, compõem-se de edifícios, centros históricos e conjuntos arquitetônicos, erguidos em períodos nos quais a acessibilidade nem se quer era uma pauta;
- 3) E então, temos a localização geográfica desses espaços que, por si só, exige um planejamento de acesso, especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana. Em suma, como chegar aos museus?

Nesses três pontos moram os desafios, mas também, as oportunidades de diálogo entre arquitetura, museologia e arqueologia. Como promover a acessibilidade física e informacional do patrimônio cultural?

O patrimônio cultural e a acessibilidade são os temas centrais deste trabalho, por se tratarem justamente do suporte e meios pelos quais os indivíduos desenvolvem a sua cidadania, mas também, pelos desafios impostos para que a promoção efetiva da acessibilidade à fruição do conhecimento sobre o patrimônio aconteça.

Pois, apesar das adaptações que se façam nestes espaços edificados, e em seu entorno imediato, visando atender as determinações legais, eles ainda podem ser inacessíveis pela falta de adequação da cidade como um todo e pelos fatores de desigualdade econômica e social, demonstrando o potencial de segregação atrelada ao patrimônio (VAZ, 2008).

## 1.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Assim como outras terminologias e conceitos, acessibilidade tem para cada área em que se aplica, uma definição específica voltada aos interesses que deseja abarcar.

Partindo de significado cotidiano, entendemo-lo como a “qualidade do que é acessível” (Dicio, 2020). Mas é tão comum discuti-lo e vê-lo presente nos debates, que cabe aqui trazer alguns de seus antônimos para deixar ainda mais evidente a que faltas fazemos referência. Apenas para citar alguns: “inacessibilidade, intransitabilidade, impedimento, obstáculo, dificuldade” (Dicio, 2020).

Para arqueologia e museologia, trazemos um pouco de seu sentido cotidiano. Neste trabalho, quando falamos em acessibilidade (ou, na ausência desta), estamos falando da efetivação de políticas públicas voltadas ao acesso de Pessoas com Deficiência (PCD) e mobilidade reduzida ao Patrimônio e as narrativas que o constituem.

O tema acessibilidade ganhou maior destaque nos Estados Unidos da América (EUA), a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Além das milhares de mortes e da

devastação da guerra, a consequência se manifestou nos corpos de milhares de pessoas mutiladas, dentre elas, seus soldados.

Como referencial teórico a nortear as discussões e os critérios de análise das condições de acessibilidade do patrimônio cultural da cidade de Aracaju - SE, centrar-nos-emos no documento “Norma Brasileira (NBR) 9050 de 2015”, escrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)<sup>5</sup>, que regulamenta a “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Em seu corpo, da as seguintes definições:

**Acessibilidade.** Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 2).

**Acessível.** Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa (ABNT, 2015, p. 2).

Quanto ao termo **Pessoa com deficiência**, apresentamos a definição que consta na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, com base no estabelecido na “Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência” da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. Em seu Artigo 2º, expõe:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

É impossível pensar em acessibilidade, sem pensar nos tipos de **barreiras** colocadas às Pessoas com deficiência, especialmente, no que nos compete, quando da sua relação/interação com o bem patrimonial musealizado.

Em seu trabalho, “Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050”, Miguel Correia de Moraes (2007), nos traz algumas definições e apresenta alguns estudos de aplicabilidade do conceito de **Desenho Universal** e seus benefícios para a concepção de espaços livres de barreiras.

De igual maneira, Daniela Vaz (2008), em sua pesquisa sobre “Acessibilidade à Paisagem”, aplica o conceito de **Desenho Universal** para analisar alguns projetos arquitetônicos na cidade de São Paulo, e traz contribuições para pensar os tipos de barreiras

<sup>5</sup> A ABNT NBR 9050 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Edificações (CE-040:000.001). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 08, de 20.08.2012 a 18.10.2012. Esta terceira edição cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 9050:2004), a qual foi tecnicamente revisada (NBR 9050:2015, p. xiii).

físicas, socioeconômicas e geográficas (localização, distância, condições de deslocamento, percurso) e culturais.

São tipos de barreiras: a) as **atitudinais** ou **invisíveis**, já que não tem a ver com um fator impeditivo concreto, mas sim, no campo das relações sociais pois são geradas pelo preconceito das pessoas não deficientes sobre as PCD. Esta é uma das barreiras mais problemáticas pois reduz as oportunidades e as chances desses indivíduos apresentarem-se a sociedade e aos desafios estruturais. Um processo de segregação “antes mesmo de sair de casa”; b) as **físicas**, representadas pelos elementos de ordem arquitetônica que compõem os espaços, como escadas, o desenho ou projeto de um edifício, de um passeio, ou de um objeto “imóvel” ou “dinâmico” que dificulte o acesso, a utilização, o deslocamento, e que geram limitações de algum tipo; c) as **informacionais**, que dizem respeito as formas de comunicação e sinalização como placas de trânsito, avisos, identificação de espaços ou objetos, sinais sonoros, ou a própria comunicação verbal, relativas à dificultando a obtenção da informação necessária ou almejada (Dischinger *et al.* 2004, *apud* Moraes, 2007).

Seria possível pensar e classificar a **acessibilidade** (ou tipos de barreiras), segundo Vaz (2008), “sobre dois aspectos: o físico e o cultural.” (p. 43), e em acordo com o que escreve Moraes (2007), diz que o aspecto físico da acessibilidade (ou suas barreiras), seria a mais fácil de resolver, pois envolveria a percepção e estudo dessa dificuldade e a aplicação de uma solução prática para ela. Já o aspecto cultural, demanda um esforço para que pessoas não deficientes, primeiro, percebam os fatores limitantes dos espaços, para que possam contribuir denunciando estes problemas. Outra questão ainda, seria a percepção de que elas também podem gerar dificuldades no cotidiano a uma PCD através de atitudes desrespeitosas, preconceituosas ou paternalistas. Por exemplo, ao estacionarem seus carros em vagas destinadas e reservadas para idosos e PCDs, ao não respeitarem as filas de atendimento preferencial, ao estacionarem seus corpos nos caminhos com pisos táteis, ou ainda, ao menosprezarem as habilidades de uma PCD.

Além da base conceitual sobre acessibilidade, faz necessário definir o que entendemos, neste trabalho, como patrimônio.

Segundo a Constituição Federal (CF) de 5 de outubro de 1988, “Título VIII, Da Ordem Social; Capítulo III, Da Cultura e do Desporto; Seção II, Da Cultura”:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, [1988]).

Como já fora estabelecido pelo Decreto-Lei nº 27 de 1935, a gestão e proteção do patrimônio cultural brasileiro fica a cargo do poder público. Com a promulgação da Nova Constituição, a antiga Secretaria se torna o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. *A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública* (IPHAN, [2020], grifo nosso).

O trecho grifado é importante em dois pontos. Primeiro, ele nos chama a atenção para a responsabilidade que temos, como arqueólogas/os e museólogas/os ao trabalhar com o patrimônio cultural, um bem de natureza pública, com papel de referência cultural em uma sociedade com enorme diversidade de atores. Justamente por isso que, em segundo lugar, não é possível geri-lo e dar-lhe valor fora de uma relação entre poder público e coletivos sociais. De acordo com Bruno S. R. da Silva, no trabalho “Das ostras, só as pérolas. Arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil” (2011), o termo patrimônio precisa ser discutido pelas implicações que acarreta. Isso significa, pensar em termos etimológicos, seus usos e significados ao longo do tempo, e os âmbitos que lhe fazem referência, à que interesses atende, à que memórias está vinculado, e quem o reclama. No trecho a seguir, o autor nos traz algumas questões:

Sua origem epistemológica nos sugere dois aspectos. Em primeiro lugar, sugere a linhagem privada na qual se insere o *patrimonium*, lembrando a origem aristocrática do termo e que ainda vemos sendo reproduzida, muitas vezes, nos critérios de seleção do patrimônio nacional. *Esse primeiro aspecto gera a dúvida que deve ser constante, a meu ver, nos estudos sobre patrimônio arqueológico: quem esse patrimônio representa? Em segundo lugar, sugere uma consequência hereditária carregada de ancestralidade, a transmissão dos caracteres sociais adquiridos e a preservação da memória das origens.* A ancestralidade tem gerado calorosas discussões em nossos dias por relegar para segundo plano uma qualidade inerente às sociedades: sua dinamicidade (SILVA, 2011, p. 14, grifo nosso).

Ainda no que diz respeito ao Patrimônio e acrescentando uma perspectiva acerca do patrimônio histórico e arqueológico, Pedro Paulo A. Funari, na obra “Arqueologia e Patrimônio” (2007), coloca que “os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são

usados pelos actores [sic] sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica” (p. 60).

No entanto, como adverte os dois autores, nosso olhar sobre o patrimônio precisa ser despido da ideia de contemplação puramente, e adquirir uma postura crítica e reflexiva sobre o bem tombado, patrimonializado. É preciso como bem lembra Funari (2007), “procurar encarar estes artefactos [sic] como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e ahistóricos [sic], inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração” (p. 60).

E essa consciência e postura crítica sobre o patrimônio, ou as formas de cristalização da memória (de um indivíduo, de um coletivo, de uma sociedade), não surge de uma inspiração divina ou afastada da experiência ou da relação com esses objetos, pelo contrário. É preciso garantir o acesso, fomentar o debate, fazer com que o processo de produção do conhecimento sobre o patrimônio seja transparente à todas/os de forma ampla, sem quaisquer barreiras.

Dentro dessa perspectiva, a Arqueologia Pública tem desempenhado importante papel, bem como o IPHAN ao instituir tanto na portaria nº 230 de 2002, quanto na IN. Nº 001/2015, a obrigatoriedade do Projeto de Educação Patrimonial associado aos estudos e trabalhos de arqueologia no âmbito do contrato, como lembra Silva (2011).

A mais importante contribuição trazida por ambos os autores, bem como pela legislação é de que a Educação Patrimonial é fundamental para a formação de uma consciência crítica sobre o patrimônio. “A importância de buscar meios através dos quais o mecanismo de proteção patrimonial e de pesquisa arqueológica ganhem significado para a sociedade é a semente da arqueologia pública, e até hoje representa parte essencial dos trabalhos desenvolvidos sob essa alcunha.” (p. 135).

Dividindo conosco essa missão, a museologia tem também trazido importantes contribuições para o campo da acessibilidade e as formas de fruição do patrimônio cultural.

Em “Cadernos Museológicos: acessibilidade e museus (volume 2. 2012)”, Regina Cohen *et al.* (2012), apresenta “O Desafio da Acessibilidade aos Museus” (p. II), com terminologias e conceitos básicos de acessibilidade, bem como noções e reflexões sobre o convívio com as diferenças, em estudos de caso museográficos que são referências nacionais e internacionais.

Acerca da importância de preservar o patrimônio e o acervo museológicos, trazemos uma reflexão inicial colocada pelas autoras logo na apresentação do volume, ao fazer referência e em defesa do primeiro volume 1 da coleção, voltado à Segurança em Museus:

A preservação e a segurança em museus não se encerram em si mesmas. O que dá sentido à preservação é a comunicação. Preserva-se com objetivo de comunicar, com a finalidade de educação e lazer; preserva-se para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, pode-se dizer que, além de preservar, é fundamental garantir o acesso, garantir a acessibilidade como um direito de cidadania (Cohen *et al.*, 2012, p. II).

E, colocam ainda:

Assumir o compromisso com a democratização da cultura significa também pensar em uma multidisciplinaridade na qual a questão da acessibilidade deve estar necessariamente inserida. Trata-se de garantir um direito e, no caso das PcDs, uma percepção ambiental que envolve o TER ACESSO, o PERCORRER, o VER, o OUVIR, o TOCAR e o SENTIR os bens culturais produzidos pela sociedade através dos tempos e disponibilizados para toda a comunidade (Cohen *et al.*, 2012, p. 22).

O IPHAN, na IN. 001/2003, buscando atender e solucionar os desafios da acessibilidade e da preservação do Patrimônio, determina:

As soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público [...].” (IPHAN, 2003, *apud* COHEN *et al.*, 2012, p. 23).

Dentro desse escopo, buscamos autoras que pudessem nos servir de referências mais próximos de nosso objeto de estudo - as instituições museológicas de Aracaju (SE). Os trabalhos de Lorenna Sayonara de Jesus Santos (2019), intitulado “Acessibilidade em Museus - Estudo de Caso: Centro Cultural de Aracaju”, e o trabalho de Tatiane Mie Takiuchi (2020), sobre “Acessibilidade ao Conhecimento Arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó (Max)” cumprem esse papel.

Ambas procuram averiguar a implementação de normas para acessibilidade nas instituições museais estudadas (CCA e MAX), identificando problemas e sugerindo soluções. Exemplos como esses mostram que, tanto para edificações adaptadas, quanto para as originais, o cuidado com acessibilidade é constante e deve atentar para as especificações de cada planta. Mas é importante que se diga que não só de boa vontade se realizam grandes (ou mínimas) transformações, é preciso investimento para a contratação de profissionais capacitados nos conhecimentos necessários à gestão de Museus e do Patrimônio, bem como, às adequações estruturais e expográficas.

Além disso, também percebemos que pensar **acessibilidade**, é fazê-lo dentro de um projeto integrado. É preciso conceber a comunicação do, para e sobre o Patrimônio, para além do espaço musealizado, tombado. As condições de acesso fora do perímetro destes locais, precisam ser planejadas e projetadas para incluir e não segregar.

É preciso, também, descentralizar o alcance dessa comunicação, sair da ideia da Acrópole Ateniense, erigida nas partes mais altas (e mais valorizadas econômica e socialmente), numa ideia de santuário, e trazê-la para dentro das comunidades, dos bairros, contemplando outras perspectivas, valorizando e dando espaço para que as multivocalidades do patrimônio sejam percebidas e apreendidas, ressignificadas. Não basta adequar os espaços patrimoniais, instituições museológicas e seus entornos, é preciso adequar toda a cidade, pensando por uma perspectiva **acessibilidade universal**, e nisto está a maior contribuição trazida pelos estudos sobre **desenho universal**, discutidas por todos os autores mencionados neste estudo.

Sobre isso, a ABNT NBR 9050:2015, define o **desenho universal** como a:

concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

NOTA O conceito de desenho universal tem como pressupostos: equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários (p. 4).

E, como bem colocaram todas/os as/os autoras/es, e determinado pelas leis nacionais, constitui-se como direito fundamental a acessibilidade em seu sentido amplo. Tanto nos bem como, o acesso e o conhecimento sobre o patrimônio.

Devemos lutar para preservar tanto o patrimônio erudito, como popular, a fim de **democratizar a informação e a educação**, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como acadêmicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse. Como cientistas, em primeiro lugar, deveríamos buscar o conhecimento crítico sobre nosso patrimônio comum. E isto não é uma tarefa fácil ((Funari, 2001, 25, apud. Silva, 2011), p. 135).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL**

Como parte do projeto central, o objetivo deste plano é perceber como o patrimônio contribui com mecanismos de segregação social ao restringir sua fruição à condições específicas de anatomia e fisiologia humanas.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Quais as condições de acessibilidade dos bens tombados e museus da cidade de Aracajú?
- b) Como essas condições podem contribuir com a segregação social de pessoas com necessidades especiais?

### 3 METODOLOGIA

Para a concretização dos objetivos propostos para esta pesquisa, adotou-se como norte quatro etapas: a) Levantamento bibliográfico; b) Levantamento das instituições museais em Aracaju (SE); c) Diagnóstico das instituições museais que trabalham com acessibilidade em Aracaju (SE) e d) Atividade de Campo: visita as instituições e bens tombados para verificação da acessibilidade destes locais, bem como, entrevistas com funcionários, gestores, visitantes e transeuntes, e etnografia nos espaços para compreendermos de que forma as pessoas se relacionam com esses espaços em termos de acessibilidade. A única etapa não realizada, por motivos que serão explicados no item 9, foi a “atividade de campo”.

#### 3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento da bibliografia se deu em três sistemas de banco de dados diferentes, buscando abranger desde o nível local/regional (cidade/Estado), até o nível nacional e internacional. Compreendendo assim os trabalhos de pesquisa sobre acessibilidade em museus desde Aracaju e/ou no estado de Sergipe, passando pelas pesquisas produzidas no país relacionadas ao tema, até as pesquisas desenvolvidas à nível internacional acerca deste tema e que pudessem ter como foco Aracaju ou Sergipe.

Os Bancos de dados utilizados para este levantamento, foram:

**Tabela 1 - Lista de Siglas e nível de abrangência**

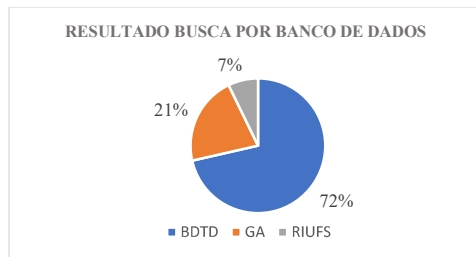
Siglas	Legenda	Nível
<b>BDTD</b>	Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações	Nacional
<b>GA</b>	Google Acadêmico	Nacional; Internacional.
<b>RIUFS</b>	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe	Local; Regional.

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos objetivos da pesquisa, buscamos por trabalhos que apresentassem o histórico do conceito de Acessibilidade e sua inserção nas discussões no campo do patrimônio, especialmente às práticas de **musealização** como forma de fruição do conhecimento do patrimônio e suas narrativas. Através de uma busca sistemática por trabalhos que abordassem

a acessibilidade no contexto sergipano, partindo de um contexto geográfico mais amplo até um contexto mais específico, Aracaju.

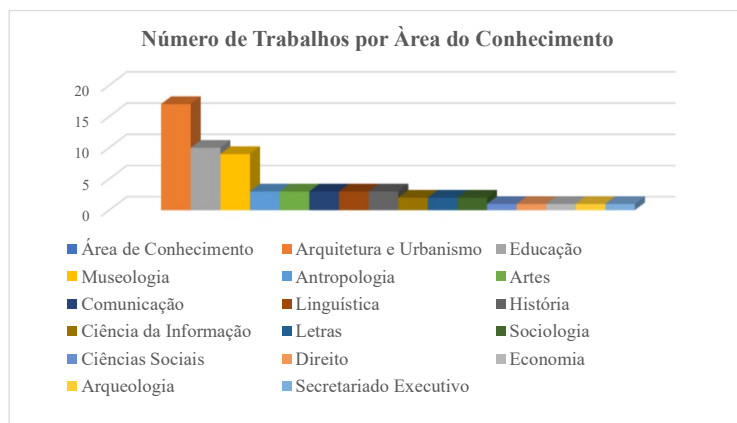
**Gráfico 1- Porcentagem de resultados nas buscas no BDTD, GA e RIUFS**



Fonte: Elaboração própria.

Como demonstra o gráfico acima (**Gráfico 1**), o Banco de dados que mais gerou resultados foi o **BDTD**, por se tratar de sistema que abrange todo o território nacional. A partir dele foram encontrados 40 (quarenta) trabalhos nas seguintes áreas de conhecimento<sup>6</sup> relacionados ao tema de acessibilidade:

**Gráfico 2- Resultado da busca por área do conhecimento**



Arquitetura e Urbanismo (15/17 trabalhos); Educação (7/10 trabalhos); Museologia (3/9 trabalhos); Antropologia (3/3 trabalhos); Artes (3/3 trabalhos); Comunicação (3/3 trabalhos); Linguística (3/3 trabalhos); História (2/3

<sup>6</sup> Alguns trabalhos englobam mais de uma área de pesquisa, gerando assim dados à mais ao resultado. As áreas de conhecimentos que foram conectadas ou englobadas nos trabalhos foram: Educação, Artes e História; e Linguística, Letras e Artes;

trabalhos); Ciência da Informação (2/2 trabalhos); Letras (2/2 trabalhos); Sociologia (2/2 trabalhos); Ciências Sociais (1/1 trabalho)<sup>7</sup>.

Fonte: Elaboração própria.

Dos demais resultados de pesquisa, temos o **GA** com:

- Arqueologia (1/1 trabalho);
- Arquitetura e Urbanismo (1/17 trabalhos);
- Economia (1/1 trabalho);
- Museologia (6/9 trabalhos);
- Educação (2/10 trabalhos);
- História (1/3 trabalhos);
- Secretariado Executivo (1/1 trabalho);

E por fim, no RIUFS, foram gerados 4 (quatro) resultados de modo diretos:

- Arquitetura e Urbanismo (1/17 trabalhos);
- Educação (1/10 trabalhos);
- Museologia (1/9 trabalhos)
- Direito (1/1 trabalho);

Para esta etapa foram elaborados um Banco de Dados para a pesquisa contendo um Catálogo (planilha *Excel* – **Apêndice A**), e um Índice (documento *Word* – **Apêndice B**) com as referências bibliográficas encontradas nos bancos de teses e dissertações indicados acima.

**Figura 1 - Catálogo Levantamento Bibliográfico**

PIBIC -PVF7594-2019		ARQUEOLOGIAS EM TEMPOS E CULTURAS, PELA CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE MUNDOS EM CONFLITO									
Professor Coordenador		Bruno Sanchez Ranzani da Silva									
Título da Pesquisa		Musealização, patrimônio e acessibilidade									
ETAPA 1	Levantamento Bibliográfico PIBIC										
N. Catálogo	Área de conhecimento	Autoria	Título	Local	Formato	Editora	Ano	Link	Palavras-chave		
BDTD_a	Arquitetura e Urbanismo	VAZ, Daniela	Acessibilidade à Paisagem	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2008	<a href="http://www.teses.usp.br/">http://www.teses.usp.br/</a>	Acessibilidade; Arquitetura;		
BDTD_2	Linguística	COSTA, Maria Helenice Araújo	Acessibilidade de referentes: um conceito à reflexão	Fortaleza - CE	Dissertação	UFC	2007	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/">http://www.repositorio.ufc.br/</a>	Acessibilidade;		
BDTD_3	Arquitetura e Urbanismo	MORAES, Micael Correia de	Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050	Florianópolis - SC	Dissertação	UFSC	2007	<a href="http://repositorio.ufsc.br/">http://repositorio.ufsc.br/</a>	Acessibilidade; Arquitetura;		
BDTD_4	Arquitetura e Urbanismo	LANDIM, Camila Bandeira Pinheiro	Avaliação da acessibilidade em edifícios públicos em Fortaleza. A experiência artística das	Brasília - DF	Dissertação	UNB-FAU	2011	<a href="http://repositorio.unb.br/">http://repositorio.unb.br/</a>	Acessibilidade; Arquitetura;		
BDTD_5	Comunicação	SANTIAGO VIGATA, Helena	Personas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas: uma análise pragmática	Brasília - DF	Tese	UNB-FAC	2016	<a href="http://repositorio.unb.br/">http://repositorio.unb.br/</a>	Acessibilidade;		
BDTD_6	Educação, Arte e História	MARCHEZI, Fabiana	Acessibilidade em museus de arte: questões para a elaboração de audioguias	São Paulo - SP	Dissertação	Mackenzie	2012	<a href="http://tede.mackenzie.br/">http://tede.mackenzie.br/</a>	Acessibilidade;		
BDTD_7	Arquitetura e Urbanismo	OLIVEIRA, Aila Seguin Dias Aguiar de	Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos	Florianópolis - SC	Dissertação	UFPA	2016	<a href="https://repositorio.ufpa.br/">https://repositorio.ufpa.br/</a>	Acessibilidade; Arquitetura;		
BDTD_8	Arquitetura e Urbanismo	PAIVA, Ellayne Kelly Gama de	Acessibilidade e preservação em sítios históricos: o caso de São	Brasília - DF	Dissertação	UNB-FAU	2009	<a href="http://repositorio.unb.br/">http://repositorio.unb.br/</a>	Acessibilidade; Arquitetura;		

Fonte: Elaboração própria.

Na **figura 1**, apresenta-se de modo resumido, a organização do Catálogo para a etapa de levantamento bibliográfico contendo os seguintes itens: a) Sigla Número de Catálogo; b)

<sup>7</sup> Os números apresentados à esquerda da barra (/), indicam a quantidade de trabalhos encontradas na área de conhecimento, dentro do banco de dados. À direita da barra (/), a quantidade total de trabalhos encontrados na área em todos os bancos de dados pesquisados.

Área de Conhecimento; c) Autoria; d) Título; e) Local; f) Formato [da publicação]; g) Editora; h) Ano; i) Link; j) Palavras-Chave.

Figura 2 - Índice de Resumos

The image shows a document viewer interface with a summary index. The index is divided into four sections labeled a, b, c, and d:

- a**: BDTD\_1 (sigla/número)
- b**: BDTD\_2 COSTA, Maria Helenice Araújo. Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, CE, 2007. (referência)
- c**: O conceito de referência tem passado por inúmeras reformulações através dos tempos, de acordo com as viradas epistemológica, linguística e pragmática (GHIRALDELLI, 2005). De acordo com as concepções de linguagem mais atuais, essa noção passou a ser vista como um processo que se desenvolve na pragmática do discurso e que, por isso, envolve aspectos da interação-cognição. Essa nova maneira de ver o fenômeno exige ferramentas capazes de dar conta de sua complexidade. Nesta tese, discutimos seis das atuais propostas de abordagem dos fenômenos referenciais e elegemos a Teoria da Acessibilidade, de Ariel (1996, 2001), como a (resumo)
- d**: Palavras-chave autora: Acessibilidade – Fenômenos referenciais –Cognição; Linguística; Gêneros Literários - Análise do Discurso; Lista de Discussão - análise do discurso; Acessibilidade do Texto; Cultura e Cognição; Mensagens eletrônicas - Análise do Discurso; Língua portuguesa – Déixis; Anáfora (Linguística); Referência (Linguística). (palavras-chave)

Fonte: Elaboração própria.

Na figura 2, apresenta-se o Índice de Resumos, contendo: a) Sigla\_ Número conforme Catálogo; b) Referência do trabalho para citação; c) Resumo; e d) Palavras-chave.

Figura 3 - Banco de Dados com os Trabalhos Levantados na Pesquisa

a	BDTD_1_VAZ-D_Acessibilidade a Paisagem...	eu
b	EDTD_2_COSTA-MHA_Acessibilidade de Ref...	eu
	BDTD_3_MORAES Mcde_Acessibilidade no ...	eu
	BDTD_4_LANDIM-CBP_Avaliacao de acessib...	eu
	BDTD_5_VIGATA-HS_A experiencia artistica ...	eu
	BDTD_7_OLIVEIRA-ASDAde_Acessibilidade ...	eu

Fonte: Elaboração própria.

Na **Figura 3**, vê-se como cada um dos trabalhos encontrados no levantamento foram salvos, cujos nomes correspondem minimamente à: a) *sígl\_a\_número* conforme registro no catálogo e no índice; b) seguido de sobrenome mais letras iniciais dos autores; c) e, parte do título do trabalho.

Das 57 (cinquenta e seis) bibliografias encontradas, 15 (quinze) foram selecionadas para leitura e fichamento. A escolha desses trabalhos foi motivada pelo tema e relevância delas para o presente estudo, tendo como foco as questões de **acessibilidade, museus, patrimônio e Aracaju**.

Passada esta etapa de leitura e fichamento das obras encontradas, 4 (quatro) foram escolhidas para integrar, junto à outras bibliografias, o referencial teórico desta pesquisa, 2 (duas) se tratando de trabalhos relacionados à ABNT NBR 9050/2004 (MORAES, 2007; VAZ, 2008), e 2 (duas) se tratando especificamente do foco desta pesquisa que é pensar as condições de acessibilidade ao Patrimônio, 1 (uma) no contexto de Aracaju (SANTOS, 2019) e outra, tratando de um contexto regional (TAKIUCHI, 2020).

### 3.2 MAPEAMENTO DOS MUSEUS EM ARACAJU

O levantamento dos museus de Aracaju (SE) foi realizado com base no “Guia dos Museus Brasileiro”<sup>8</sup> (2011), uma publicação elaborada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)<sup>9</sup> e o extinto Ministério da Cultura (MinC)<sup>10</sup>, como resultado da força tarefa que reuniu diversos profissionais de museus de instituições públicas e privadas com o objetivo de construir o Cadastro Nacional de Museus (CNM)<sup>11</sup> em 2006.

Também foi utilizada como base a publicação “Museus em Números”<sup>12</sup>, produzido pelo IBRAM a partir do levantamento e construção do CNM e em pesquisas realizadas com instituições e profissionais de museus até o ano de 2010.

As publicações constituem-se como um grande inventário das instituições museológicas abrangendo todo o território nacional que pode ser utilizado como referência para diversas pesquisas de diagnóstico em diversos níveis dessas instituições. No entanto, para garantir que

<sup>8</sup> Para *download* da publicação: <https://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>

<sup>9</sup> Atualmente, com a extinção do Ministério da Cultura, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi integrado pelo Ministério do Turismo. Para mais informações: <https://www.museus.gov.br>.

<sup>10</sup> Atualmente, Secretaria Especial da Cultura, alocada no Ministério do Turismo. Disponível em: <http://cultura.gov.br/secretaria/>. Acesso em: 2020-07-16.

<sup>11</sup> Cadastro Nacional de Museus – acesso a plataforma *online*: <https://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>. Acesso em: 2020-07-10.

<sup>12</sup> Para fazer o *download* do material: <https://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/>. Acesso em: 2020-07-10.

os dados contidos no Guia ainda seriam úteis para esta pesquisa, realizou-se uma busca na plataforma **MuseusBr**<sup>13</sup> onde foi possível verificar algumas informações pertinentes aos objetivos deste trabalho como a situação das instituições, informações de contato e endereço, infraestrutura e estrutura, saber se são públicas ou privadas, à que esferas estão vinculadas (federal, estadual, municipal etc.), que tipo de financiamento as mantem, o que é oferecido ao público em termos de atendimento, e, inclusive, se a instituição está equipada em termos de espaço físico e equipe habilitada para o atendimento a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Qual ou quais meios a instituição utiliza para fazer a comunicação de seus eventos e de seu acervo (se apenas físico ou no formato digital).

Para os propósitos deste trabalho, foram selecionadas todas as 18 instituições cadastradas nas plataformas apresentadas. Os marcadores de acessibilidade usados para avaliar os Museus são descritos na seção **1.1 Conceituação Teórica**, como a ABNT NBR 9050/2015, as legislações vigentes sobre patrimônio e acessibilidade, através da Lei Federal nº 13.146/2015, do Art. 216 da CF/1988, da IN nº 001/2003 do IPHAN, da IN nº 001/2015, e, a partir das discussões e perspectivas expostas das/os autoras/es apresentadas/os.

Para as discussões acerca do conceito e aplicação das normas de acessibilidade:

- Dischinger *et al.* (2004, *apud* Moraes, 2007); Moraes (2007) e Vas (2008);

Para as questões relacionadas ao Patrimônio, Arqueologia e Arqueologia Pública:

- Funari (2001 *apud* Silva, 2011) e Funari (2007); Silva (2011) e Tauhyl (2020);

Para os desafios da acessibilidade aos museus e os estudos de caso de aplicação das normas de acessibilidade:

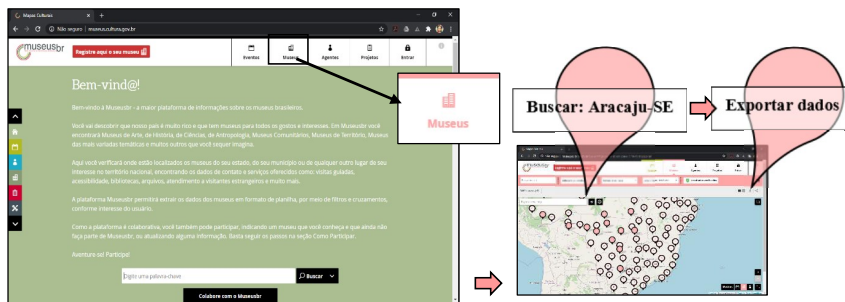
- Cohen *et al.* (2012); Santos (2019) e Takiuchi (2020).

Como veremos adiante, a etapa de campo (visita aos museus) foi comprometida pela pandemia da Covid-19. Nesse contexto, a plataforma MuseusBr, viabilizou uma alternativa de qualificação dos Museus, apesar de algumas desvantagens metodológicas, explicadas mais a frente. Para ter acesso ao conteúdo original, basta seguir o passo a passo abaixo:

---

<sup>13</sup> Para mais informações: <<http://museus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 2020-07-10.

Figura 4 - Passo a passo MuseusBr



Fonte: Elaboração própria.

### 3.3 ATIVIDADE DE CAMPO

Para esta etapa foram planejadas visitas aos espaços para a uma análise *in loco* das instituições e averiguação da situação destas com relação ao cumprimento das normas de acessibilidade. Estavam previstas também, entrevistas com gestores, funcionários, visitantes, transeuntes e atividade etnográfica para o registro de informações que nos permitisse compreender a relação dessas diferentes pessoas com o patrimônio musealizado.

Porém, por conta da pandemia causada pela Covid-19, esta etapa da pesquisa precisou ser readequada a uma ação remota. Em visita aos sites das instituições, bem como a partir do material explicitado acima, foi possível encontrar algumas informações pertinentes ao objetivo aqui proposto, ainda que não responda outras questões que seriam de fundamental importância para a percepção de um quadro mais amplo no debate da acessibilidade ao patrimônios e museus de Aracaju (SE).

Na **Tabela 2**, a seguir, foram indicadas as instituições museológicas e espaços culturais cadastrados no CNM e que constam na plataforma **MuseusBr**.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados será feita seguindo a ordem das etapas da pesquisa, visando explorar ao máximo o potencial das informações obtidas.

### 4.1 RESULTADOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Com base nos dados apresentados na etapa de Levantamento Bibliográfico (**Subcapítulo 3.1**), das 57 (cinquenta e sete) bibliografias encontradas nos três bancos de dados pesquisados, foram selecionadas 15 (quinze) para leitura e fichamento, das quais 4 (quatro) foram escolhidas para integrar, junto à outras bibliografias, o referencial teórico desta pesquisa.

Desses 4 (quatro) trabalhos que falam sobre acessibilidade, 2 (dois) são na área de Arquitetura e Urbanismo - que aliás, representa quantidade mais expressiva de trabalhos com o tema acessibilidade -, (MORAES, 2007; VAZ, 2008), 1 (hum) é na área da Museologia – representando o total de 3 (três) publicações encontradas -, e 2 (dois) na área da Arqueologia – representando quantidade menos expressiva dentre estes em termos de resultados nas buscas nos bancos de dados.

### 4.2 RESULTADO DO MAPEAMENTO DOS BENS TOMBADOS E MUSEUS EM ARACAJU

Através das informações obtidas virtualmente na plataforma **MuseusBr**, foi possível saber se as instituições teoricamente possuem instalações adequadas para receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, se possuem material informativo e educativo concebido para este público, bem como se o espaço expositivo foi pensado para tais visitantes.

A seguir apresentamos algumas das análises possíveis com bases nos bancos de dados.

Tabela 2 – Dados sobre Acessibilidade nos Museus de Aracaju - SE

Instituição	Ano de Criação	Atual. Em:	Esfera	Status do Museu	O museu promove visitas guiadas?	Atende em outros idiomas?	Acessibilidade Física	O museu oferece instalações e serviços destinados a pessoas com deficiências auditivas e visuais?	Acessibilidade	O museu realiza atividades educativas e culturais para públicos específicos?
Museu do Homem Sergipano	2015	2020	Pública Federal	Aberto	Sim	Não possui	Não possui	Não possui	Não	Não
Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda <sup>14</sup>	2015	2020	Privada Associação	Aberto	Sim	Sinalização visual; Material de divulgação impresso; Guia, monitor e/ou mediador	Cadeira de rodas para uso do visitante; Corrimão nas escadas e rampas; Vaga de estacionamento exclusiva para idosos; Circuito de visitação adaptado; Elevador adaptado; Rampa de acesso; Sanitário adaptado; Vaga de estacionamento exclusiva para deficientes	Educador/mediador em LIBRAS e Audiodescrição	Sim	Não
Palácio Museu Olímpio Campos <sup>15</sup>	2015	2019	Pública Estadual	Aberto	Sim	Material de divulgação impresso; Guia, monitor e/ou mediador	Rampa de acesso; Elevador; Elevador adaptado; Banheiros adaptados; Corrimão nas escadas e rampas; sanitário adaptado	Totem eletrônico com deficiência visual	Sim	Não

<sup>14</sup> Avenida Ivo do Prado, 398, Centro, 49010-050, Aracaju, SE. (Esfera de tombamento: Federal e Estadual).

<sup>15</sup> Localizado na Praça Fausto Cardoso s/n, Centro, 49010-040, Aracaju, SE. (Esfera de tombamento: Federal e Estadual).

Instituição	Ano de Criação	Atual. Em:	Esfera	Status do Museu	O museu promove visitas guiadas?	Atende em outros idiomas?	Acessibilidade Física	O museu oferece instalações e serviços destinados a pessoas com deficiências auditivas e visuais?	Acessibilidade	O museu realiza atividades educativas e culturais para públicos específicos?
Museu de Tecnologia Regional de Maracaju	2015	2017	Pública Municipal	Aberto	Não				Não	
Memorial da Advocacia Sergipana <sup>16</sup>	2015	2017	Privada Mista	Aberto	Sim	Sinalização visual; Material de divulgação impresso; Guia, monitor e/ou mediador	Circuito de visitação adaptado; Corrimão nas escadas e rampas; Banheiros adaptados; Elevador; Elevador adaptado; Rampa de acesso; Cadeira de rodas para uso do visitante; Sanitário adaptado; Vaga de estacionamento exclusiva para deficientes; Vaga de estacionamento exclusiva para idosos	Guia multimídia (com monitor)	Sim	Não
Casa de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju	2015	2018		Aberto	Sim		Bebedouro adaptado; Circuito de visitação adaptado; Vaga de estacionamento exclusiva para idosos		Sim	

<sup>16</sup> Avenida Ivo do Prado, 1072, casa, São José, 49015-070, Aracaju, SE. (Esfera de tombamento: Federal e Estadual).

Instituição	Ano de Criação	Atual. Em:	Esfera	Status do Museu	O museu promove visitas guiadas?	Atende em outros idiomas?	Acessibilidade Física	O museu oferece instalações e serviços destinados a pessoas com deficiências auditivas e visuais?	Acessibilidade	O museu realiza atividades educativas e culturais para públicos específicos?
<b>Memorial do Poder Judiciário de Sergipe<sup>17</sup></b>	2015	2019	Pública Estadual	Aberto	Sim	Não possui	Cadeira de rodas para uso do visitante; Corrimão nas escadas e rampas	Piso tátil	Sim	Sim
<b>Centro de Memória Lourival Batista</b>	2015	2018	Privada	Aberto	Não				Não	
<b>Memorial Clodomir Silva / Biblioteca Pública Municipal</b>	2015	2018	Pública Municipal	Aberto	Não				Não	
<b>Memorial Valdice Teles / Escola Oficina de Artes</b>	2015	2018	Pública Municipal	Aberto	Não				Não	
<b>Galeria de Artes Álvaro Santos</b>	2015	2018	Pública Municipal	Aberto	Não				Não	


<sup>17</sup> Praça Olímpio Campos 417, Palácio Silvio Romero, Centro, 49010-140, Aracaju, SE. (Esfera de tombamento: Federal e Estadual).

Instituição	Ano de Criação	Atual. Em:	Esfera	Status do Museu	O museu promove visitas guiadas?	Atende em outros idiomas?	Acessibilidade Física	O museu oferece instalações e serviços destinados a pessoas com deficiências auditivas e visuais?	Acessibilidade	O museu realiza atividades educativas e culturais para públicos específicos?
Museu Galdino Bicho	2015	2018	Privada	Aberto	Sim		Corrimão nas escadas e rampas		Sim	
Museu da Imagem e do Som de Sergipe	2015	2018	Privada	Implantacao	Não				Não	
Museu de Rua Memorial da Bandeira	2015	2018	Pública Municipal	Aberto	Não				Não	
Memorial Ivone de Menezes Vieira/Biblioteca Municipal	2015	2018	Pública Municipal	Aberto	Não				Não	
Centro de Memória da Ciência e da Tecnologia em Sergipe - CMCTS	2015	2018	Pública Estadual	Aberto	Sim	Material de divulgação impresso	Circuito de visitação adaptado; Corrimão nas escadas e rampas; Rampa de acesso; Sanitário adaptado	Não possui	Sim	Sim

Instituição	Ano de Criação	Atual. Em:	Esfera	Status do Museu	O museu promove visitas guiadas?	Atende em outros idiomas?	Acessibilidade Física	O museu oferece instalações e serviços destinados a pessoas com deficiências auditivas e visuais?	Acessibilidade	O museu realiza atividades educativas e culturais para públicos específicos?
Museu Aberto das Tartarugas Marinhas - Fundação Pró-Tamar - Aracaju/SE	2015	2020	Privada Fundação	Aberto	Sim	Sinalização visual; Guia, monitor e/ou mediador	Bebedouro adaptado; Circuito de visitação adaptado	Não possui	Sim	Sim
Memorial de Sergipe - Bairro Treze de Julho	2015	2018	Privada	Aberto	Não				Não	
Centro Cultural de Aracaju <sup>18/19</sup>	2014	-	Pública	Aberto	Sim <sup>20</sup>	Não	Banheiro adaptado, circuito adaptado, Corrimão, Rampa, Elevadores;	Sim	Sim	Não

Fonte: Esta tabela foi elaborada a partir da planilha gerada pela plataforma MuseusBr onde foram mantidos apenas os dados de interesse dessa pesquisa.

#### LEGENDA

 Corresponde a cruzamento de dados entre a lista de Bens tombados e as instituições museológicas.

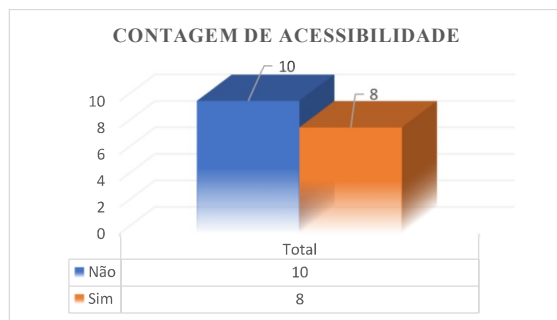
<sup>18</sup> Dados obtidos fora da plataforma MuseusBr. Fonte: Santos, 2019.

<sup>19</sup> Praça General Valadão, nº 134. (Esfera de tombamento: Federal e Estadual).

<sup>20</sup> Sim, porém não possui educadores/mediadores ou funcionários especializados para o atendimento do público PCD (SANTOS, 2019, p. 62).

A partir da **Tabela 2**, foi possível elaborar o **Gráfico 3**, sobre a taxa de atendimento geral a demandas de acessibilidade:

**Gráfico 3- Amostra das Instituições com Acessibilidade**

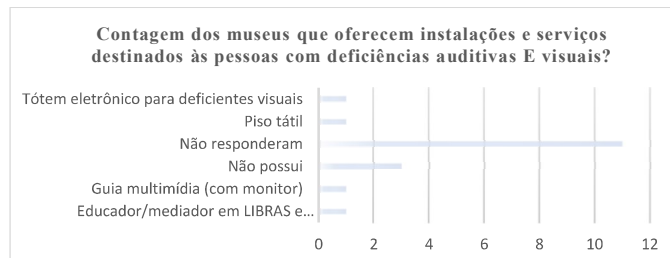


Fonte: Elaboração própria.

Conforme o gráfico acima, entendemos que um total de 8 instituições possuem algum tipo de acessibilidade ao usuário. Segundo os dados fornecidos pela **MuseusBr**, as instituições que responderam “sim” para o tópico “acessibilidade”, foram: O Museu da Gente Sergipana – Governador Marcelo Déda, O Palácio Museu Olímpio Campos, O Memorial da Advocacia Sergipana, A Casa de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju, O Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, O Museu Galdino Bicho, O Centro de Memória da Ciência e da Tecnologia em Sergipe (CMCTS) e O Museu Aberto das Tartarugas Marinhas - Fundação Pró-Tamar - Aracaju/SE.

Porém que tipo de acessibilidade essas instituições oferecem? No gráfico abaixo podemos ver com um pouco mais de detalhes os algumas ações realizadas pelas instituições para atendimento do público PCD.

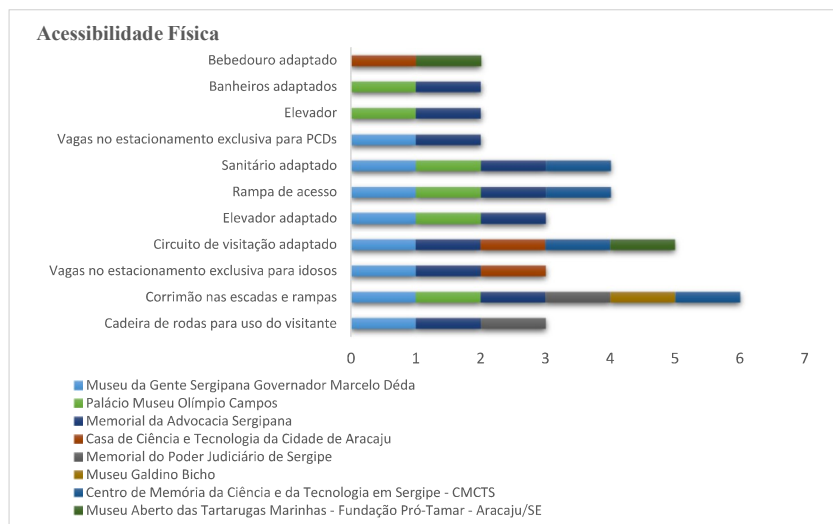
**Gráfico 4 - Instalações e Serviços de Acessibilidade nos Museus de Aracaju - SE**



Fonte: Elaboração própria.

Como mostra o **Gráfico 4**, em acordo com o resultado apresentado no **Gráfico 3**, a maior parte das instituições não responderam à pergunta na plataforma ou formulário de cadastramento. Dos elementos indicados pelas instituições sobre as instalações e tipos de serviços oferecidos às pessoas com deficiência visual e auditiva, temos totem eletrônico para deficientes visuais (Palácio Museu Olímpio Campos), piso tátil (Memorial do Poder Judiciário de Sergipe), guia multimídia (com monitor) (Memorial da Advocacia Sergipana) e, educador/mediador em LIBRAS e audiodescrição (Museu da Gente Sergipana).

**Gráfico 5 - Tipos de Instalações com Acessibilidade**



Fonte: Elaboração própria.

Através destas informações foi possível constatar que a maior parte das ações e instalações são voltadas as questões de adequações físicas dos espaços, como demonstrado pelo **Gráfico 3**.

No entanto, se compararmos as ações de caráter educativo, ou a presença de profissionais capacitados para o atendimento dessas pessoas nas instituições, em apenas uma foi informada a presença de profissional educador/mediador habilitado em LIBRAS para atendimento ao público, no caso, para o atendimento da comunidade surda que se relaciona com o espaço.

Das instituições melhor equipadas para atender o público PCD, são: O Memorial do Poder Judiciário com 10 itens de acessibilidade, O Museu da Gente Sergipana com 8 itens, e O Palácio Museu Olímpio Campos com 6 itens.

Porém, o que não foi possível averiguar através destes dados, foi a opinião e a experiência dos demais agentes dessa equação, que seriam os usuários dos espaços, tanto as PCDs como outros visitantes ou transeuntes que por diversas razões se relacionem ou deixem de se relacionar com estes espaços.

Tomando como referência o trabalho desenvolvido no Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), Takiuchi (2020), apresenta um estudo de caso sobre a Instituição acerca da acessibilidade na fruição do conhecimento arqueológico e propõe algumas alterações no espaço expositivo visando a qualidade e a melhoria do acesso ao público. Segundo a autora, a concepção do museu teve como referência a ABNT NBR 9050, e ao longo dos anos, buscou melhorar o seu atendimento integrando outras formas de comunicar explorando o potencial da Arqueologia Sensorial para promover a inclusão.

Segundo Takiuchi (2020),

[...] os museus têm o dever de ser acessíveis a qualquer tipo de público que possa vir a atender. Porém, quando nos referimos a um museu acessível, na crença popular, o que se imagina é que é apenas uma acessibilidade da estrutura física do museu, ignorando o fato de que ser acessível é mais do que colocar uma rampa. Ser acessível é também sair da linguagem científica e se utilizar de uma linguagem de fácil compreensão, é de ter suporte básico para atender além de cadeirantes, pessoas cegas e surdas (p. 64).

Seria interessante também saber como as pessoas com deficiência chegam a estes espaços. A cidade oferece algum tipo de transporte público concebido para atender-las? Qual a situação geral das PCDs na cidade de Aracaju e sua relação com a região centra, tendo em vista que a maior parte dos museus de Aracaju e outros patrimônios se concentram no centro ou em áreas muito afastadas?

Sobre este aspecto, temos o trabalho de Evely Igor Santos sendo desenvolvido também como plano de trabalho do Projeto “Patrimônios em Tempos e Culturas”, intitulado: “Urbanização e Segregação Social em Aracaju”, pensando a distribuição de bens tombados e seu papel na relação centro/periferia na Grande Aracaju (Plano de Trabalho em **Anexo B**).

#### 4.3 RESULTADO DA ATIVIDADE DE CAMPO

A partir do levantamento dos museus em Aracaju, cruzamos as informações obtidas com as **Listas de Bens Tombados** à nível Federal, Estadual e Municipal (ver **Apêndices C, D e E**),

descobrimos que das 18 (dezoito) instituições cadastradas na plataforma **MuseusBr**, 5 (cinco) estão instaladas em edifícios e/ou áreas tombadas. São elas:

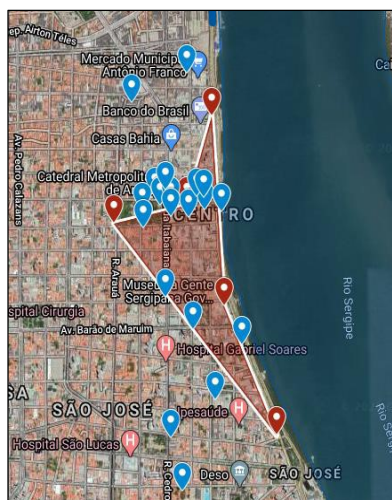
- Palácio Museu Olímpio Campos
- Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda
- Memorial do Poder Judiciário de Sergipe
- Memorial da Advocacia Sergipana
- Centro Cultural de Aracaju

Dos bens tombados que correspondem ao cruzamento dos dados:

- Prédio do Palácio Olímpio Campos
- Prédio da Secretaria Estadual de Educação e Cultura
- Memorial do Poder Judiciário
- Prédio da Família Rollemberg (Sede da OAB)
- Prédio da antiga Alfândega de Aracaju

Da sua localização:

**Figura 5 - Polígono da Área de Distribuição dos Bens Tombados Musealizados**



Na **Figura 5** ao lado, é possível observar a forma como os bens patrimoniais musealizados apresentados acima. Na **figura** eles são apresentados por marcador na cor vermelha. Os marcadores azuis representam os outros bens tombados à nível Estadual na cidade de Aracaju, identificados em levantamento realizado pelo orientador desta pesquisa, cujos dados podem ser verificados na **Tabela 5 (ANEXO D)**.

Ao observar a forma do polígono que liga estes bens no mapa (**Figura 5**), percebemos como eles estão concentrados na região central da cidade de Aracaju.

Fonte: Imagem do Google Maps, elaborado a partir dos dados de levantamento apresentados no **APÊNDICE D**.

#### 4.4 DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS

Esses resultados podem responder ao objetivo central desta pesquisa que era: **perceber como o patrimônio contribui com mecanismos de segregação social ao restringir sua**

**fruição a condições específicas de anatomia e fisiologia** humanas, a partir das seguintes metas:

1. Averiguar quais as condições dos bens tombados e museus da cidade de Aracaju;
2. E, de que forma essas condições podem contribuir para a segregação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?

Para a primeira meta, foi possível inferir que, das 18 (dezoito) instituições museológicas, das quais 5 (cinco) foram instituídas em bens tombados da cidade, apenas 4 (quatro) estão preparadas para receber pessoas com deficiência visual, auditiva e mudos (cegos, surdos e mudos) – recorte de acessibilidade dessa pesquisa -, que seriam: o Palácio Museu Olímpio Campos, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, o Memorial da Advocacia Sergipana e o Museu da Gente Sergipana. E de todas as instituições, as que oferecem maiores condições de acessibilidade, para além do recorte (cegos, surdos e mudos), temos apenas 3 (três) instituições, a saber: o Memorial do Poder Judiciário, o Museu da Gente Sergipana e o Palácio Museu Olímpio Campos.

Para responder a segunda meta, no entanto, é necessário como aponta Moraes (2007), Vaz (2008) e Santos (2019), averiguarmos quais as condições de acessibilidade das áreas de entorno dos bens tombados e musealizados. Ainda que as visitas não tenham acontecido por conta da pandemia da Covid-19, algumas informações foram apresentadas por Santos (2019) ao descrever as condições de acesso ao Centro Cultural de Aracaju (CCA):

O Centro Cultural de Aracaju está localizado na Praça General Valadão, no centro da cidade de Aracaju-Sergipe.

No caso dos ônibus, existem ônibus com elevador circulando na cidade, mas muitas vezes estão com o elevador quebrado, ou demoram a passar. Quem é usuário do transporte público, ainda que não seja uma pessoa com deficiência, consegue perceber estas dificuldades. Uma vez dentro do ônibus o visitante terá que descer próximo a instituição e encarar os desafios das ruas da cidade que ainda não oferecem boa estrutura em sua maior parte, ainda que por um pequeno percurso. No caso dos táxis, transportes por aplicativo e carros próprios o visitante consegue descer na lateral da praça. O CCA não possui estacionamento próprio, porém existem vagas de estacionamento nas duas ruas laterais da praça, e há vagas para deficientes (p. 42).

Ainda que pouco material tenha sido encontrado sobre as condições de acessibilidade do patrimônio em Aracaju, os trabalhos de Santos (2019) o Centro Cultural de Aracaju (em termos locais), e de Takiuchi (2020) sobre a acessibilidade do conhecimento arqueológico no Museu de Arqueologia de Xingó (em termos regionais), trazem importantes reflexões que nos ajudam a pensar sobre o contexto das instituições e os desafios que ainda precisamos superar não só para tornar acessível o patrimônio, mas também as cidades e/ou seus entornos.

## 5 CONCLUSÕES

A partir dos dados fornecidos pelas instituições ao IBRAM para construção do CNM, oito das instituições museológicas de Aracaju atendem, ainda que pouco, a algumas normas de acessibilidade. O tipo de mecanismo de acessibilidade e, mais ainda, sua ausência, nos mostra como algumas destas instituições acabam por delimitar o seu acesso a um público específico.

Durante as pesquisas nos bancos de dados de teses, dissertações e artigos científicos sobre acessibilidade, patrimônio e museu, e mesmo, da leitura de alguns destes materiais selecionados para esta pesquisa, foi possível perceber que pouco foi realizado em termos práticos. Seja por questões de financiamento, seja por falta de apoio público ou privado. Apesar de as pesquisas, de certo modo, trazerem boas perspectivas e estabelecerem as medidas que deveriam ser adotadas para os projetos de espaços públicos, culturais e museus para atendimento das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, são poucas as instituições brasileiras de esfera pública que se encontram em condições de sequer manter funcionamento adequado, menos ainda de atender as normas de segurança e acessibilidade obrigatórias.

Neste debate, é preciso compreender o papel de todas/os as/os profissionais que atuam nestes espaços e que lutam pela continuidade e melhoria do atendimento mesmo com baixos orçamentos, e buscar formas de viabilizar, junto à iniciativa público/privado, projetos de adequação ou concepção de espaços museais dentro da normativa, a NBR 9050/2004 que, como vimos, funda-se, na acessibilidade como um direito de todos por meio de um **Desenho Universal** que atenta ao maior número de pessoas possível, sem excluí-las, constrange-las e limitá-las nas suas formas de relação com o espaço.

## 6 PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS

A partir dos resultados desta pesquisa propomos alguns caminhos viáveis de continuidade.

O primeiro deles, seria efetivar as etapas de campo impedidas pela pandemia. O ideal seria visitar todos os museus e bens tombados nos três níveis, munido dos marcadores elencados pela NBR 9050/2015, para averiguação das informações contidas no MuseusBR e, no caso dos bens não musealizados, construir um banco de dados específico. Esse último, pode ser apresentado aos órgãos de gestão responsáveis como veículo de efetivação de políticas públicas de acessibilidade cultural.

Uma variante deste processo, mas que permitiria uma abordagem mais aprofundada, é selecionar amostras de instituições museais de acordo com os seguintes parâmetros: a melhor capacitada para o público PCD e a menos capacitada, uma de financiamento público e outra privada. Melhor seria, se esses pares não fossem combinados, para evitar viés sobre financiamento e acessibilidade. Em cada uma das selecionadas, o/a pesquisador/a realizaria entrevistas semiestruturadas com os/as agentes museais (monitores/as, conselho diretor, funcionários de serviços gerais), bem como acompanharia dias regulares de visitas, por meio de uma etnografia, com foco na realidade material das condições de acessibilidade desses espaços.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3ª ed. 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pf/dc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>>. Acesso em: 2020-07-16.

Acessibilidade [antônimos]. In.: Antônimos [Dicio], **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.antonimos.com.br/acessibilidade/>>. Acesso em: 2020-07-14.

Acessibilidade [significado]. In.: Dicio, **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/acessibilidade/>>. Acesso em: 2020-07-14.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Seção II – Da Cultura, Art. 216. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acesso em: 2020-07-15.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus / Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro - Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus**. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190 p.; 18x24 cm (Cadernos Museológicos Vol.2)

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. Porto, Vol. 41, nº ½, 2001. Pp. 23-32.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim-RS: Habilis, 2007.

IPHAN. **O Iphan [Histórico]**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 2020-07-13.

JESUS SANTOS, Lorenna Sayonara de. **Acessibilidade em Museus. Estudo de Caso: Centro Cultural de Aracaju**. 2019. 68 f. Dissertação [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Museologia] - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras/SE: 2019.

MERRIMAN, Nick. Involving the public in museum archaeology. \_\_\_\_\_ (ed). **Public archaeology**. Routledge: London/New York, 2004b.

MORAES, Miguel Correia de. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050**. Florianópolis, 26 de junho de 2007, 166 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pósgraduação, UFSC, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90530>>. Acesso em: 2020-07-15.

Musealização. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/musealiza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 2020-06-29.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Das ostras, só as pérolas [manuscrito]: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil**. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal

de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/VCSA-8MJHER>>. Acesso em: 2020-07-13.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Descobrimo a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.71.2017.tde-30112017-091734. Acesso em: 2020-07-14.

TAKIUCHI, Tatiane Mie. **Acessibilidade ao Conhecimento Arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó (Max)**. 2020. 71 f. Dissertação [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arqueologia] - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras/SE: 2020.

TAUHYL, Ana Paula. Arqueologia Pública. In: **Arqueologia e Pré-história**. (*Site*). Disponível em: <<https://arqueologiaeprehistoria.com/subareas-da-arqueologia/arqueologia-publica/>>. Acesso em: 2020-07-15.

VAZ, Daniela. **Acessibilidade à paisagem**. 2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.16.2008.tde-19012010-093415. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19012010-093415/pt-br.php>>. Acesso em: 2020-07-15.

## 8 OUTRAS ATIVIDADES

### **Graduação**

Durante o ano de 2019, paralelamente à execução deste plano de trabalho, cursei as disciplinas: Etnografia Brasileira, Teorias da Arqueologia II, Arqueologia Histórica I, Zooarqueologia II – optativa -, (2019.1); Estudo de Materiais Históricos I, Patrimônio Arquitetônico Brasileiro I, Análise de Material Cerâmico I, Análise de Material Lítico I, Registros Rupestres I (2019.2).

### **Projetos de Extensão**

Dos Projetos de Extensão oferecidos pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, atuo desde 2019 nos projetos:

- PJ311-2019 - Fag.Tar A Força Delas. Mulheres e territorialidades indígenas no Brasil

Desde o início do ano realizamos encontros para discutir a produção de materiais escritos sobre vários suportes e linguagens diferentes sobre a luta das mulheres indígenas no Brasil, que no início deste ano, foi publicado em uma plataforma *online*<sup>21</sup> e disponível à todas/os as/os interessadas/os em integrar ou acompanhar o desenvolvimento das atividades realizadas pela rede.

- Ciências na Escola – projeto desenvolvido junto ao Laboratório de Bioarqueologia (LABIARQ) da Universidade Federal de Sergipe, Campus Laranjeiras (não cadastrado)

O Projeto de Educação desenvolvido pelo LABIARQ tem como objetivo integrar em projetos que visem a comunicação do patrimônio, da arqueologia e da ciência por meio de ações que integram profissionais do Ensino Superior e da Rede Pública, bem como estudantes das duas esferas, aproximando ensino, pesquisa e extensão e proporcionar aos estudantes, principalmente da rede pública de ensino, experiências que os aproximem da Universidade. E no caso dos estudantes de graduação, levá-los à comunidade e oferecer oportunidades de desenvolver outros potenciais dentro da Arqueologia.

Como primeiro feito do grupo, publicamos um resumo e apresentamos os resultados de nosso projeto piloto no 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco<sup>22</sup>, cuja temática foi “Arqueologia Brasileira em contexto contemporâneo: desafios políticos, teóricos e metodológicos”.

<sup>21</sup> Para saber mais sobre o projeto e acompanhar as ações: <<https://fagtar.org/>>.

<sup>22</sup> Campus da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI, de 06 a 10 de maio de 2019.

Desde então estamos trabalhando na escrita de projetos nesta linha: Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando auxiliar na melhora do desempenho da Educação Básica de Laranjeiras junto às Escolas, Secretaria de Ensino Municipal, Gestoras/es, Professoras/es e alunas/os.

#### ***Empresa Júnior CAJUFS***

A CAJUFS, é a empresa de Consultoria Arqueológica Júnior da Universidade Federal de Sergipe, uma instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo proporcionar aos estudantes do curso de bacharelado em Arqueologia da UFS a vivência profissional e empreendedora a partir da experiência do mercado de trabalho. Como membro da CAJUFS desde 2018, e como presidente desde o início deste ano (2020).

Atualmente estamos capacitando todos os membros da empresa dentro das várias necessidades que permeiam o aprendizado sobre a Gestão de Negócios, bem como, cursos voltados à melhoria na prestação de serviços no âmbito da Arqueologia de Contrato (ou Licenciamento Arqueológico), a criação de produtos, serviços e soluções em resposta as demandas dos profissionais da arqueologia nesse mercado.

Como Projetos de Educação Patrimonial em tempos de pandemia, fora da atuação no Licenciamento, resgatamos o “Cafê com Arqueologia”, adaptando-o para as plataformas das redes sociais, transmitindo conteúdos por meio de *lives* sobre Arqueologia, empreendedorismo social na Arqueologia, dentre outros temas de relevância para a sociedade, buscando discutir a atuação de arqueólogos/os junto a sociedade para a preservação do patrimônio.

#### ***Perspectivas de Futuro***

Enquanto estudante de graduação tenho buscado experiências que me possibilitem uma visão ampla sobre as possibilidades de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

#### ***Contribuições da Pesquisa para a Formação***

Através da pesquisa, tenho buscado pensar os projetos que construo junto à estas equipes na qual atuo, por uma perspectiva inclusiva. Ainda que haja ainda muitos desafios, acredito que esta oportunidade irá se somar às demais experiências que tenho vivenciado na graduação, e me proporcionarão contribuir de forma mais efetiva para a transformação da realidade.

## 9 JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO

Apresentamos aqui conforme indicado pelo manual de orientação às equipes de pesquisa, as justificativas para alteração de atividades previstas no plano de trabalho.

No Plano de Trabalho aprovado para esta pesquisa, estavam previstas as seguintes etapas:

**Tabela 3 - Metodologia Aplicada**

<i>Etapas</i>	<i>Situação</i>
a) Pesquisa bibliográfica em banco de dados virtual (Google acadêmico, Banco Nacional de Teses e Dissertações, Scielo, Biblioteca UFS) sobre acessibilidade urbana em Aracajú/SE.	Realizada
b) Mapeamentos dos museus existentes em Aracajú/SE.	Realizada
c) Mapeamento de instituições aracajuanas que trabalhem com acessibilidade do público cego, Surdo e Mudo.	Realizada
<b>d) Atividade de campo em museus e bens tombados para averiguação de acessibilidade. Sua seleção será feita com base na localização estratégica na malha urbana e amostras que não tenham sido ainda tratadas em trabalhos anteriores. A atividade contará com <b>entrevistas com visitantes, transeuntes, funcionários e etnografias nos espaços selecionados.</b></b>	Alterada ou não realizada?

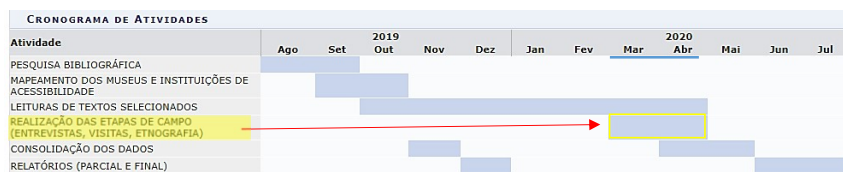
Fonte: Trecho retirado do Plano de Trabalho disponível no SIGAA, 2019-2020<sup>23</sup>.

Porém, por conta da pandemia da Covid-19, esta etapa do trabalho não ocorreu no formato presencial. Conforme Decreto Nº 40.567 estabelecido pelo governo do estado de Sergipe, na data de 24 de março de 2020:

**CAPÍTULO III DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**  
**Seção I - Dos servidores, dos estagiários e dos prestadores de serviço**  
**Art. 6º Enquanto durar a situação de calamidade pública objeto deste**  
 Decreto:  
 I - As repartições públicas que não desenvolvem serviços essenciais serão fechadas, proibindo-se o atendimento externo e trabalho interno presencial, ressalvadas as solicitações da população que envolvam atividades esporádicas essenciais, ocasião na qual cada Secretário e Dirigente organizará a forma de atendimento; (sem página; grifo nosso.).

E, como consta no **Cronograma de Atividades (figura 5)** estabelecido para este plano de trabalho, esta etapa estava prevista para o período de:

**Figura 6 – Cronograma de Atividades**



Fonte: Recortado e editado a partir do Plano de Trabalho constante no SIGAA.

<sup>23</sup> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe (SIGAA UFS), 2020.

Desse modo, como descrito na Seção das “**3.3 DAS ATIVIDADES DE CAMPO**”, tentou-se adaptar as necessidades da pesquisa aos bancos de dados digitais disponíveis no Sistema Integrado de Museus (**SIM**) gerido pelo **IBRAM** e na conjuntura com estruturas tombadas em qualquer dos três níveis Federativos.

A utilização da plataforma se mostrou interessante pelo caráter dinâmico e pela quantidade de informações disponíveis com facilidade, segurança e credibilidade. Outro ponto favorável para o uso na pesquisa da plataforma **MuseusBr** é que os dados das instituições estão em sua maioria atualizados. A data de atualização mais antiga para os museus de Aracaju é de 2017 e a mais recente 2020. A maioria consta como 2018.

Além dessa plataforma, no *site* do **IBRAM** existem além dessas plataformas outros materiais interessantes como publicações especializadas para e sobre a área de Museus, que poderiam ser exploradas para outras pesquisas e para o trabalho e gestão com troca de experiência entre os gestores e profissionais do campo da museologia.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Catálogo Bibliográfico

Tabela 4 - Catálogo Levantamento Bibliográfico

SIS	ID	Área de conhecimento	Autoria	Título	Local	Formato	Editora	Ano	Link	Palavras-chave
BDTD	1	Arquitetura e Urbanismo	VAZ, Daniela.	Acessibilidade à Paisagem	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2008	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	2	Linguística	COSTA, Maria Helenice Araújo.	Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão	Fortaleza - CE	Dissertação	UFC	2007	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade;
BDTD	3	Arquitetura e Urbanismo	MORAES, Miguel Correia de.	Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050	Florianópolis - SC	Dissertação	UFSC	2007	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	4	Arquitetura e Urbanismo	LANDIM, Camila Bandeira Pinheiro.	Avaliação da acessibilidade em edifícios públicos em Fortaleza	Brasília - DF	Dissertação	UNB-FAU	2011	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	5	Comunicação	SANTIAGO VIGATA, Helena.	A experiência artística das pessoas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas : uma análise pragmática	Brasília - DF	Tese	UNB-FAC	2016	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade;
BDTD	6	Educação; Arte; História	MARCHEZI, Fabiana.	Acessibilidade em museus de arte: questões para a elaboração de audioguias	São Paulo - SP	Dissertação	Mackenzie	2012	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade;
BDTD	7	Arquitetura e Urbanismo	OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de.	Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos	Florianópolis - SC	Dissertação	UFSC	2006	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	8	Arquitetura e Urbanismo	PAIVA, Ellayne Kelly Gama de.	Acessibilidade e preservação em sítios históricos : o caso de São Luís do Maranhão	Brasília - DF	Dissertação	UNB-FAU	2009	<a href="#">[OK]</a>	Acessibilidade; Arquitetura;

BDTD	9	Arquitetura e Urbanismo	ANDRADE, Isabela Fernandes.	Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas-RS	Florianópolis - SC	Dissertação	UFSC	2009	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	10	Arquitetura e Urbanismo	FERREIRA, Oscar Luis.	Patrimônio cultural e acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005	Brasília - DF	Tese	UNB-FAU	2011	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	11	Arquitetura e Urbanismo	GERENTE, Melissa Miroski.	Introduzindo diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul	Florianópolis - SC	Dissertação	UFSC	2005	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	12	Arquitetura e Urbanismo	AZEVEDO, Ana Paula Fernandes de.	A porta do sobradinho: a acessibilidade espacial integrando o centro histórico de Natal-RN	Rio Grande do Norte - RN	Dissertação	PPGAPM	2017	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	13	Arquitetura e Urbanismo	LANVERLY, Larissa Costa Silva.	Acessibilidade em espaços públicos: o caso do centro de Maceió	Maceió-AL	Dissertação	Mackenzie	2010	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura;
BDTD	14	Arquitetura e Urbanismo	AMORIM, Julia Moraes Callado de.	Roteiro museográfico acessível: estudo de caso na Fortaleza de Santa Cruz	Florianópolis - SC	Dissertação	UFSC	2013	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura; Museográfico;
BDTD	15	Arquitetura e Urbanismo	ASSIS, Elisa Prado de.	Acessibilidade nos bens culturais imóveis: possibilidade e limites nos museus e centros culturais	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2012	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura; Museu;
BDTD	16	Arquitetura e Urbanismo	REIS, Rosana Santana do.	Acessibilidade a edifícios históricos de interesse turístico por pessoas com mobilidade reduzida: um estudo de exemplos representativos situados na rota acessível do centro histórico de Salvador	Salvador - BA	Dissertação	UFBA	2016	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura; Patrimônio;
BDTD	17	Arquitetura e Urbanismo	CARDOSO, Eduardo	Design para experiência multissensorial em museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual	Rio Grande do Sul	Tese	UFRGS	2016	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura;

BDTD	18	Arquitetura e Urbanismo	FERREIRA, Franciele Maria Costa.	Intervenção em edificações de interesse histórico com elementos metálicos - estudo de caso: Museu das Minas e do Metal, Belo Horizonte, MG	Ouro Preto - MG	Dissertação	UFOP	2012	[OK]	Acessibilidade; Arquitetura; Edificações Históricas;
BDTD	19	Museologia	AVELAR, Thais Fernanda Alves.	Espaços museológicos: a questão do acesso pela ótica das identidades culturais	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2014	[OK]	Acessibilidade; Museu;
BDTD	20	Educação	SILVA, Emerson Brandão da.	Para todos verem por palavras: elaboração de Tecnologia Assistiva e Banco de Dados de Objetos Digitais de Audiodescrição Segundo o Princípio do Desenho Universal (BOCA-REP)	Dourados	Dissertação	UFGD	2018	[OK]	Acessibilidade; Desenho universal;
BDTD	21	Ciência da Informação	TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca.	Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus	São Paulo - SP	Tese	USP	2007	[OK]	Acessibilidade; Museu;
BDTD	22	Comunicação	LIMA BARBOSA, Adriana de	Museus e centros de ciência: gestão, educação e sociedade - Catavento, Sabina e Museu Exploratório de Ciências	Campinas - SP	Dissertação	UNICAMP	2014	[OK]	Acessibilidade; Museu;
BDTD	23	Museologia	OLIVEIRA, Margarete de.	Cultura e inclusão na educação em museus: processos de formação em mediação para educadores surdos	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2015	[OK]	Acessibilidade; Museu;
BDTD	24	Linguística; Letras; Artes;	MARIANO, Cintia Rodrigues dos Santos.	Definição de Requisitos para Aplicativos Destinados a Prover Acesso de Pessoas com Deficiência Visual a Museus de Arte	Campinas - SP	Dissertação	PUC-Campinas	2018	[OK]	Acessibilidade; Museu;
BDTD	25	Educação	ZANELATO, Daniella.	Ensino de arte, educação de surdos e museus: interconexões possíveis	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2016	[OK]	Acessibilidade; Museu;

BDTD	26	Educação	SANTOS, Elisângela de Andrade.	Relação entre monitores de um museu de ciências com a transposição do conhecimento científico: um estudo de caso	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2012	[OK]	Museu; Aracaju;
BDTD	27	Sociologia	CONCEIÇÃO, Mirtes Rose Menezes da.	Construindo uma identidade: um Download do Museu da Gente Sergipana	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2014	[OK]	Museu; Sergipe;
BDTD	28	Comunicação	ROCHA, Irla Suellen da Costa.	Museu, cultura e criatividade: o Museu da Gente e as políticas públicas no Brasil	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2017	[OK]	Museu; Sergipe; Expografia;
BDTD	29	Sociologia	VASCONCELO S, Cyndiane Escarlete Dias	Discurso e patrimônio cultural: a memória do exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2018	[OK]	Museu; Sergipe;
BDTD	30	Linguística; Letras; Artes;	CASTRO, Lorena Gomes Freitas de.	O meme digital: construção de objetos de discurso em textos multimodais	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2017	[OK]	Museu; Sergipe;
BDTD	31	Educação	BERTELLI, Mariana de Queiroz.	Identidades, Imagens E Papéis Museais Nos Discursos Institucionais Sobre a Relação Museu-escola.	Minas Gerais	Dissertação	UFMG	2010	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	32	Museologia	PINTO, Agda Araujo Sardinha	O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: uma análise de narrativas expositivas.	São Paulo - SP	Dissertação	USP	2014	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	33	Antropologia	NUNES, Samarone da Silva	Nós museológicos: os discursos Queer nas exposições Homo (queer remixed) (2007) e QueerMuseu: cartografias da diferença na arte brasileira (2017).	Goiás - GO	Dissertação	UFG	2019	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	34	História	BRUHNS, Katianne.	Museu Histórico de Santa Catarina: discurso, patrimônio e poder (1970-1990)	Florianópolis - SC	Tese	UFSC	2010	[OK]	Discurso; Museu;

BDTD	35	Antropologia	PONTES, Neila Denise Macedo Teles de	Um "mix de mixórdias": ensaio antropológico sobre o discurso expositivo do Museu do Homem do Nordeste	Recife - PE	Dissertação	UFPE	2012	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	36	Ciências Sociais	SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos.	Discursos do Museu da Língua Portuguesa: uma língua em movimento nas práticas culturais brasileiras.	São Paulo - SP	Tese	PUC-São Paulo	2019	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	37	Ciência da Informação	ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos	Museu, informação e comunicação: o processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias	Rio de Janeiro - RJ	Dissertação	UFRJ/ECO - IBICT	1999	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	38	Educação	BON, Gabriela	Discursos e Práticas de Mediação em Espaços Museais no Brasil e na Espanha: Bienal de Artes Visuais do Mercosul, Museo del Prado e Espacio Fundación Telefónica	Rio Grande do Sul	Tese	UFRS	2016	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	39	Educação	BERTELLI, Mariana de Queiroz.	Identities, imagens e papéis museais nos discursos institucionais sobre a relação museu-escola	Minas Gerais	Dissertação	UFMG	2010	[OK]	Discurso; Museu;
BDTD	40	Antropologia	RANGEL, Vânia Maria Andrade Brayner	"Desenvolvi-gente": o jovem artesão do Museu do Homem do Nordeste, em Araçoiaba (PE) e a dimensão antropológica das políticas públicas de cultura no Brasil	Recife - PE	Dissertação	UFPE	2012	[OK]	Discurso; Museu;
GA	41	Secretariado Executivo	MONTEIRO, Nataly Santos	Acessibilidade nos museus da grande Aracaju.	São Cristóvão - SE	Monografia	UFS	2015	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	42	Museologia	BARROSO, Cristina Almeida; ANDRADE, Dayane Felix; SANTOS,	Estudo Da Acessibilidade Nos Museus De Aracaju: Uma Investigação.	São Cristóvão - SE	Artigo	CONCI	2018	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;


			Lorena Sayonara							
GA	43	História	BARROSO, Cristina de Almeida Valença Cunha	Museu de ciências de Aracaju: os desafios da disseminação do conhecimento científico	Florianópolis - SC	Comunicação em Simpósio	ANPUH	2015	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	44	Museologia	OLIVEIRA, Heyse Souza de	Memorial do poder judiciário de Sergipe: um estudo sobre acessibilidade a pessoas com deficiência física, sensorial e mobilidade reduzida (2004-2013)	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2013	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	45	Museologia	SANTOS, Alex Rafael Barros	Museologia e esquizofrenia: um relato de um esquizofrênico simples no campo museológico aracajuano	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2019	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	46	Economia; Museologia	ESPERIDIÃO, Fernanda; MATOS, Diogo; MACHADO, Ana Flávia	MUSEU DA GENTE SERGIPANA: UM EXERCÍCIO DE VALORAÇÃO ECONÔMICA.	Fortaleza - CE	Artigo	REN	2017	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	47	Educação	MAFFEI, Waldir Roque	O impacto das tecnologias da informação e comunicação em museus: estudo de caso no museu da gente sergipana	Rio Grande do Sul	Especialização	LUME-UFRS	2012	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	48	Museologia	MELLO, Janaina Cardoso; MONTIJANO, Marcia Crisanto; ANDRADE, Ângela Ferreira; LUZ, Fabiano Conceição.	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, CYBER CULTURA E DIGITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO SERGIPANO: a museologia na web.	João Pessoa - PB	Artigo	Inf. & Soc.:Est	2012	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;

GA	49	Arqueologia	TEGA, Glória; CAMARGO, Vera; CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu & FERREIRA, Maria Beatriz Rocha	Ações do projeto arqueologia e divulgação científica – diálogos e saberes: site e documentário	Campinas - SP	Artigo	LAP/NEP AM/UNI CAMP	2013	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	50	Museologia	MACHADO, Rafael dos Santos	Museologia e sexualidade: imaginação museal e coletivismo LGBT da Casamor de Aracaju/SE.	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2019	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	51	Arquitetura e Urbanismo	OLIVEIRA, Lizianne Torres	A arquitetura como palimpsesto: análise teórica da intervenção de restauração do antigo Atheneuzinho, atual Museu da Gente Sergipana	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2019	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
GA	52	Educação	MATOS, Luana Silva Bôamorte de	Patrimônio cultural e educação: um estudo das representações sobre educação patrimonial desenvolvidas em Aracaju - SE (1985 - 1991)	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2013	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
RIUFS	53	Educação	CUSTÓDIO, Rubiana Passos; DANTAS, Mário André Trindade; PRATA, Ana Paula do Nascimento; DONATO, Christiane Ramos; MORATO, Leonardo.	O turismo virtual de cavernas como instrumento didático-inclusivo	Aracaju - SE	Artigo	Sustenere Publishing Co.	2015	[OK]	Acessibilidade; aracaju;

RIUFS	54	Arquitetura e Urbanismo	JESUS, Camila Morais de	Midioteca: centro de formação e difusão cultural em Aracaju-SE	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2016	[OK]	Acessibilidade; museu; aracaju;
RIUFS	55	Direito	MELO, Brielly Santana de	As políticas públicas como instrumento de eficácia plena do direito fundamental ao lazer	São Cristóvão - SE	Dissertação	UFS	2015	[OK]	museu; aracaju;
RIUFS	56	Museologia	JESUS SANTOS, Lorena Sayonara de.	Acessibilidade em Museus. Estudo de Caso: Centro Cultural de Aracaju	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2019	forne cido pela autor a	museu; aracaju;
RIUFS	57	Arqueologia	TAKIUCHI, Tati ane Mie .	Acessibilidade ao Conhecimento Arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó (Max)	Laranjeiras - SE	Monografia	UFS	2020	forne cido pela autor a	Arqueologia; acessibilidade; museu; turismo;

Fonte: Elaboração própria. Dados compilados na íntegra da planilha *excel*.

#### LEGENDA

 Corresponde à seleção das 15 bibliografias para leitura na etapa inicial da pesquisa – Levantamento Bibliográfico.

## APÊNDICE B – Índice de Resumos

## BDTD – BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD\_1-BDTD\_40)

**BDTD\_1** VAZ, Daniela. **Acessibilidade à paisagem**. 2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.16.2008.tde-19012010-093415. Acesso em: 2020-07-15.

Nesta pesquisa o objetivo é trazer à tona a discussão sobre a acessibilidade universal, no espaço livre projetado. Buscando evidenciar dificuldades encontradas não só por pessoas com deficiências, mas também por toda a sociedade, no uso do território. Focando na sensibilização dos profissionais, especialmente arquitetos paisagistas. Este estudo busca discutir aspectos da concepção de projetos que, embora existam legislações e normas que tratam da questão de forma bastante ampla, a prática da construção da cidade "real" não garante os direitos adquiridos legalmente. Os espaços livres de uso público são locais onde se desenvolve a cidadania e têm fundamental importância no processo de inclusão social. Alguns espaços construídos, embora de acordo com a norma (NBR 9050 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos), muitas vezes, não atende à pessoa com deficiência (PCD), porque o meio externo não é acessível.

Palavras-chave da autora: Acessibilidade; Arquitetura; Paisagismo; Espaço público; Espaços livres; Projetos.

**BDTD\_3** MORAES, Miguel Correia de. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Florianópolis, 2007.

As normas técnicas destinadas ao espaço construído existem para garantir sua padronização quanto a atributos como: qualidade, segurança, confiabilidade e eficiência. O objeto de estudo desse trabalho é uma dessas normas técnicas, a NBR 9050, que trata da acessibilidade no espaço construído, de modo a garantir que todas as pessoas possam se orientar e se deslocar facilmente em um ambiente, fazendo uso dos elementos que o compõem com segurança e independência, isto é, sem acidentes e sem necessidade de solicitar ajuda para realizar tarefas. Além disso, também visa facilitar a comunicação entre as pessoas. Esse trabalho tem como objetivo analisar essa norma, a fim de contribuir para o aprimoramento dos estudos da acessibilidade no espaço construído, mais especificamente no Brasil, tanto de um ponto de vista teórico-científico como de um ponto de vista prático. Para isso estabeleceu-se uma sequência de 2 etapas metodológicas utilizando diferentes métodos. Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica compreendendo alguns temas pertinentes a NBR 9050, tais como: acessibilidade, Desenho Universal, deficiência e restrição, além do estudo da antropometria, uma vez que a norma se utiliza dessa ciência para a elaboração de seus parâmetros técnicos. Após essa pesquisa houve a discussão desses conceitos no contexto da norma brasileira. Na segunda etapa metodológica, realizou-se uma pesquisa de campo qualitativa, avaliando algumas das soluções propostas na NBR 9050 de 2004, identificadas em áreas livres e edificações de Florianópolis, a partir de sua utilização por usuários. Para essa avaliação, foi utilizado o método da observação sistemática. De forma a enriquecer o trabalho, foi realizada uma análise comparativa entre a NBR 9050 e algumas normas internacionais, focando os elementos construídos contemplados na pesquisa de campo. Com o embasamento teórico e a sustentação prática da pesquisa de campo, foi possível identificar alguns dos problemas contidos na NBR 9050 e que se refletem diretamente nas ações em prol da acessibilidade no espaço construído. Ao fim, é realizada uma síntese dos principais problemas identificados e discussões sobre estes. Espera-se que essa dissertação reforce a importância do ambiente construído para a acessibilidade no cotidiano, podendo ser esse ambiente um agente facilitador, garantindo o direito de igualdade sem nenhuma forma de discriminação entre as pessoas, ou um agente que muitas vezes dificulta ou impede a utilização do espaço construído por todas as pessoas. Também espera-se, principalmente com os resultados obtidos nos estudos práticos, contribuir para no desenvolvimento efetivo da acessibilidade espacial no Brasil.

**RIUFS – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (RIUFS\_53-RIUFS\_57)**

**RIUFS\_56** JESUS SANTOS, Lorena Sayonara de. **Acessibilidade em Museus. Estudo de Caso: Centro Cultural de Aracaju.** 2019. 68 f. Dissertação [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Museologia] - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras/SE: 2019.

O museu enquanto espaço de aprendizado, precisa estar aberto para todos os públicos. A inclusão social é parte vital do funcionamento de um museu, pois o saber ali contido deve estar acessível a todos que queiram absorvê-lo. É necessário democratizar o direito ao conhecimento e a cultura. O museu deve ser o intermediário entre o conhecimento e o interessado, e essa ponte não pode deixar de ser feita por causa de um degrau, da largura de uma porta ou do comportamento de um funcionário, por exemplo. Dada a importância da acessibilidade em espaços museais, esse trabalho pretende trazer uma discussão sobre a temática no Brasil. E trazendo para mais perto da nossa realidade, a instituição escolhida para realização do diagnóstico foi o Centro Cultural d

e Aracaju, que abriga em suas dependências um museu, uma biblioteca, uma sala de exibição, um teatro e duas salas de aula.

**Palavras-chave:** Museologia, Museus, Acessibilidade, Inclusão, Acesso a informação.

**RIUFS\_57** TAKIUCHI, Tatiane Míe. **Acessibilidade ao Conhecimento Arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó (Max).** 2020. 71 f. Dissertação [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arqueologia] - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras/SE: 2020.

A pesquisa consiste no turismo cultural como um meio de acesso ao conhecimento arqueológico e fruição do patrimônio cultural, bem público que deve ser de amplo acesso à população. Porém, o turismo, ao mesmo tempo que pode proporcionar esse contato da população com a arqueologia, se não bem planejado, pode acabar sendo prejudicial para a preservação física e a veiculação simbólica do patrimônio. Dentro de espaços onde o turismo arqueológico é possível, buscamos caminhos para ampliá-lo, considerando demandas de acessibilidade sensorial e motora. Neste trabalho utilizaremos como modelo de atuação o Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), a partir dos princípios de Desenho Universal e as normas da ABNT, juntamente com os conceitos teóricos de arqueologia sensorial, sendo realizado a partir disso uma análise física, sensorial e expográfica.

**Palavras-chaves:** Arqueologia, acessibilidade, museu, turismo.

Fonte: Elaboração própria. Apresenta-se uma parcela mínima do índice nesta tabela. Apenas os resumos utilizados de fato na escrita deste trabalho.

## APÊNDICE C – Lista de Bens Tombados em Aracaju à nível Federal

Tabela 5 – Bens Tombados em Aracaju à nível Federal

MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO DO BEM		INFORMAÇÕES DO BEM					DADOS DO BEM (LIVRO)
	Zona	Logradouro	Classificação	Nome	Nº do Processo	Ano de conclusão	Estágio	nº 1 - Geral
Aracaju	Aruana	Rodovia dos Náufragos, Aracaju.	Conjunto arquitetônico	Cemitério dos Náufragos	Decreto nº 2.571, de 20 de junho de 1973	1973	Tombado	
Aracaju	Centro	Praça Almirante Barroso – Centro Histórico de Aracaju	Conjunto paisagístico	Palmeiras imperiais	Decreto nº 4.450, de 14 de setembro de 1979	1979	Tombado	
Aracaju	Centro	Av. Ivo do Prado, nº 612	Edificação	Prédio da antiga faculdade de direito	Decreto nº 4989, de 23 de abril de 1981	1981	Tombado	Fls. 5 e 6
Aracaju	Centro	Praça Olímpio Campos	Edificação	Prédio do centro de turismo e comercialização artesanal	Decreto nº 6.129, de 06 de janeiro de 1984	1984	Tombado	Fls. 7 e 8
Aracaju	Centro	Praça Fausto Cardoso s/nº	Edificação	Prédio do Palácio Olímpio Campos	Decreto nº 6.818, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 8
Aracaju	Centro	Praça Olímpio Campos s/nº	Edificação	Catedral Metropolitana de Aracaju	Decreto nº 6.819, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 8
Aracaju	Centro	Av. Ivo do Prado, nº 398	Edificação	Prédio da Secretaria Estadual de Educação e Cultura	Decreto nº 6.820, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 9

Aracajú	Centro	Praça Olímpio Campos, nº 417	Edificação	Memorial do Poder Judiciário	Decreto nº 6.822, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 9
Aracajú	Centro	Praça Fausto Cardoso s/nº	Edificação	Prédio do Palácio Fausto Cardoso	Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987	1987	Tombado	Fl. 11
Aracajú	São José	Praça Tobias Barreto, nº 20	Edificação	Prédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública	Decreto nº 6.821, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 9
Aracajú	Centro	Av. Otoniel Dória, 500, 506, 511, 520, 524 e 534	Edificação	Imóveis	Decreto nº 8.314, de 18 de fevereiro de 1987	1987	Tombado	Fls. 11 e 12
Aracajú	Vários	Teatro Arnaldo Rollemberg Garcez, Edifício Walter Franco, Cacique Chã	Artes Plásticas	Painéis e murais do artista plástico Jenner Augusto	Decreto nº 9.990, de 26 de outubro de 1988	1988	Tombado	Fls. 12 e 13
Aracajú	Centro	Praça Olímpio Campos, nº 14 ; Rua Itabaiana, 14	Edificação	Prédio do Antigo Tribunal de Justiça	Decreto nº 9.991, de 26 de outubro de 1988	1988	Tombado	Fl. 12
Aracajú	São José	Av. Ivo do Prado, nº 1072	Edificação	Prédio da Família Rollemberg (Sede da OAB)	Decreto nº 11.118, de 07 de dezembro de 1989	1989	Tombado	Fl. 14
Aracajú	Centro	Praça Fausto Cardoso, nº 348	Edificação	Prédio do Palácio Carvalho Neto	Decreto nº 12.038, de 22 de janeiro de 1991	1991	Tombado	Fl. 16
Aracajú	Centro	Praça Olímpio Campos, nº 74	Edificação	Prédio do Antigo Tesouro do Estado	Decreto nº 12.039, de 22 de janeiro de 1991	1991	Tombado	Fl. 16
Aracajú	Farolândia	Rodovia Paulo Barreto de Menezes	Edificação	Antigo Farol	Decreto nº 15.295, de 21 de abril de 1995	1995	Tombado	Fls. 18 e 19

Aracajú	Centro	Rua Itabaiana, N° 336	Edificação	Quartel Central da Polícia Militar de Sergipe	Decreto n° 18.775, de 02 de maio de 2000	2000	Tombado	Fl. 28
Aracajú	Vários	Arquidiocese de Aracajú; Palácio Olimpio Campos	Artes Plásticas	Coleção de Horacio Hora	Decreto n° 18.776, de 02 de maio de 2000	2000	Tombado	Fl. 27
Aracajú	Centro	Rua José do Prado Franco, n° ??	Edificação	Prédio do Antigo Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Decreto n° 20.953, de 03 de setembro de 2002.	2002	Tombado	Fl. 3
Aracajú	Centro	Praça General Valadão, n° 134	Edificação	Prédio da antiga Alfândega de Aracajú	Decreto n° 21.765, de 9 de abril de 2003	2003	Tombado	Fl. 32
Aracajú	Centro	Praça João XIII, s/n	Edificação	Prédio da antiga estação rodoviária	Decreto n° 21.766, de 9 de abril de 2003	2003	Tombado	Fl. 33
Aracajú	Vários	Aeroporto, Reitoria/UFS, Sede/Energisa	Artes Plásticas	Painéis e murais do artista plástico Jenner Augusto	Decreto n° 21.833, de 09 de maio de 2003	2003	Tombado	Fl. 35
Aracajú	Suissa	Praça Camerino, 225	Edificação	Imóvel de Leonardo Gomes Carvalho Leite (IPHAN)	Decreto n° 21.786, de 16 de abril de 2003	2003	Tombado	Fl. 34
Aracajú	Vários	Rio Sergipe	Paisagem Natural	Margens do Rio Sergipe entre Aracajú e Barra dos Coqueiros	Lei n° 2825, de 23 de julho de 1990	1990	Tombado	-
Aracajú	Porto D'antas	Praça José Rollemberg Leite (Parque da Cidade)	Artes Plásticas	Estatua Nossa Senhora da Conceição	Decreto n° 24.158, de 28 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 42

Aracajú	Atalaia	Orla Marítima	Artes Plásticas	Estatuas dos 'Formadores da Nacionalidade'	Decreto nº 24.148, de 21 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 40
Aracajú	Atalaia	Orla Marítima	Artes Plásticas	Monumeto aos 150 anos de Aracajú	Decreto nº 24.149, de 21 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 41
Aracajú	Atalaia	Orla Marítima	Artes Plásticas	Estatuas de Otto Domovitch	Decreto nº 24.147, de 21 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 39
Aracajú	Centro	Rua Itabaianinha, nº41	Edificação	Prédio do IHGS	Decreto nº 24.383 de 09 de maio de 2007	2007	Tombado	Fl. 43
Aracajú	São José	Rua Campo do Brito, nº 551	Conjunto de edificações	Imóvel do Instituto Parreiras Horta	Decreto nº 25.058, de 21 de fevereiro de 2008	2008	Tombado	Fl.44
Aracajú	Centro	Av. Ivo do Prado, s/n	Edificação	Ponte do Imperador	Decreto nº 29.556, de 23 de outubro de 2013	2013	Tombado	Fl. 53
Aracajú	Centro	Praça Olimpio Campos, 11	Edificação	Prédio do Cacique Chá	Decreto nº 29.557,23 de outubro de 2013	2013	Tombado	Fl. 54
Aracajú	América	Praça da Liberdade, s/n	Edificação	Prédio da Antiga Penitenciária	Decreto 29.559, de 23 de outubro de 2013	2013	Tombado	Fl. 55
Aracajú	Industria 1	Rua Dr. Thalles Ferraz, nº 110	Edificação	Capela São João Batista	Decreto nº 30.079, de 06 de outubro de 2015	2015	Tombado	Fl. 57

Fonte: Elaborado a partir de dados não publicados de Bruno Sanches Ranzani da Silva [2020].

## APÊNDICES D – Lista de Bens Tombados em Aracaju a nível Estadual

Tabela 6 - Bens Tombados em Aracaju a nível Estadual

LOCALIZAÇÃO DO BEM			INFORMAÇÕES DO BEM					DADOS DO BEM (LIVRO)
MUNICÍPIO	Zona	Logradouro	Classificação	Nome	Nº do Processo	Ano de conclusão	Estágio	nº 1 - Geral
Aracaju	Aruana	Rodovia dos Naufragos, Aracaju.	Conjunto arquitetônico	Cemitário dos Naufragos	Decreto nº 2.571, de 20 de junho de 1973	1973	Tombado	
Aracaju	Centro	Praça Almirante Barroso – Centro Histórico de Aracaju	Conjunto paisagístico	Palmeiras imperiais	Decreto nº 4.450, de 14 de setembro de 1979	1979	Tombado	
Aracaju	Centro	Av. Ivo do Prado, nº 612	Edificação	Prédio da antiga faculdade de direito	Decreto nº 4989, de 23 de abril de 1981	1981	Tombado	Fls. 5 e 6
Aracaju	Centro	Praça Olímpio Campos	Edificação	Predio do centro de turismo e comercialização artesanal	Decreto nº 6.129, de 06 de janeiro de 1984	1984	Tombado	Fls. 7 e 8
Aracaju	Centro	Praça Fausto Cardoso s/nº	Edificação	Prédio do Palácio Olímpio Campos	Decreto nº 6.818, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 8
Aracaju	Centro	Praça Olímpio Campos s/nº	Edificação	Catedral Metropolitana de Aracaju	Decreto nº 6.819, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 8
Aracaju	Centro	Av. Ivo do Prado, nº 398	Edificação	Prédio da Secretaria Estadual de Educação e Cultura	Decreto nº 6.820, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 9

Aracajú	Centro	Praça Olímpio Campos, nº 417	Edificação	Memorial do Poder Judiciário	Decreto nº 6.822, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 9
Aracajú	Centro	Praça Fausto Cardoso s/nº	Edificação	Prédio do Palácio Fausto Cardoso	Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987	1987	Tombado	Fl. 11
Aracajú	São José	Praça Tobias Barreto, nº 20	Edificação	Prédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública	Decreto nº 6.821, de 28 de janeiro de 1985	1985	Tombado	Fl. 9
Aracajú	Centro	Av. Otoniel Dória, 500, 506, 511, 520, 524 e 534	Edificação	Imóveis	Decreto nº 8.314, de 18 de fevereiro de 1987	1987	Tombado	Fls. 11 e 12
Aracajú	Vários	Teatro Arnaldo Rollemberg Garcez, Edifício Walter Franco, Caciue Chá	Artes Plásticas	Painéis e murais do artista plástico Jenner Augusto	Decreto nº 9.990, de 26 de outubro de 1988	1988	Tombado	Fls. 12 e 13
Aracajú	Centro	Praça Olímpio Campos, nº 14 ; Rua Itabaiana, 14	Edificação	Prédio do Antigo Tribunal de Justiça	Decreto nº 9.991, de 26 de outubro de 1988	1988	Tombado	Fl. 12
Aracajú	São José	Av. Ivo do Prado, nº 1072	Edificação	Prédio da Família Rollemberg (Sede da OAB)	Decreto nº 11.118, de 07 de dezembro de 1989	1989	Tombado	Fl. 14
Aracajú	Centro	Praça Fausto Cardoso, nº 348	Edificação	Prédio do Palácio Carvalho Neto	Decreto nº 12.038, de 22 de janeiro de 1991	1991	Tombado	Fl. 16
Aracajú	Centro	Praça Olímpio Campos, nº 74	Edificação	Prédio do Antigo Tesouro do Estado	Decreto nº 12.039, de 22 de janeiro de 1991	1991	Tombado	Fl. 16

Aracajú	Farolândia	Rodovia Paulo Barreto de Menezes	Edificação	Antigo Farol	Decreto n° 15.295, de 21 de abril de 1995	1995	Tombado	Fls. 18 e 19
Aracajú	Centro	Rua Itabaiana, N° 336	Edificação	Quartel Central da Polícia Militar de Sergipe	Decreto n° 18.775, de 02 de maio de 2000	2000	Tombado	Fl. 28
Aracajú	Vários	Arquidiocese de Aracajú; Palácio Olímpio Campos	Artes Plásticas	Coleção de Horacio Hora	Decreto n° 18.776, de 02 de maio de 2000	2000	Tombado	Fl. 27
Aracajú	Centro	Rua José do Prado Franco, n° ??	Edificação	Prédio do Antigo Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Decreto n° 20.953, de 03 de setembro de 2002.	2002	Tombado	Fl. 3
Aracajú	Centro	Praça General Valadão, n° 134	Edificação	Prédio da antiga Alfândega de Aracajú	Decreto n° 21.765, de 9 de abril de 2003	2003	Tombado	Fl. 32
Aracajú	Centro	Praça João XIII, s/n	Edificação	Prédio da antiga estação rodoviária	Decreto n° 21.766, de 9 de abril de 2003	2003	Tombado	Fl. 33
Aracajú	Vários	Aeroporto, Reitoria/UFS, Sede/Energisa	Artes Plásticas	Painéis e murais do artista plástico Jenner Augusto	Decreto n° 21.833, de 09 de maio de 2003	2003	Tombado	Fl. 35
Aracajú	Suissa	Praça Camerino, 225	Edificação	Imóvel de Leonardo Gomes Carvalho Leite (IPHAN)	Decreto n° 21.786, de 16 de abril de 2003	2003	Tombado	Fl. 34
Aracajú	Vários	Rio Sergipe	Paisagem Natural	Margens do Rio Sergipe entre Aracajú e Barra dos Coqueiros	Lei n° 2825, de 23 de julho de 1990	1990	Tombado	-

Aracajú	Porto D'antas	Praça José Rollemberg Leite (Parque da Cidade)	Artes Plásticas	Estatua Nossa Senhora da Conceição	Decreto nº 24.158, de 28 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 42
Aracajú	Atalaia	Orla Marítima	Artes Plásticas	Estatuas dos 'Formadores da Nacionalidade'	Decreto nº 24.148, de 21 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 40
Aracajú	Atalaia	Orla Marítima	Artes Plásticas	Monumeto aos 150 anos de Aracajú	Decreto nº 24.149, de 21 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 41
Aracajú	Atalaia	Orla Marítima	Artes Plásticas	Estatuas de Otto Domovitch	Decreto nº 24.147, de 21 de dezembro de 2006	2006	Tombado	Fl. 39
Aracajú	Centro	Rua Itabaianinha, nº41	Edificação	Prédio do IHGS	Decreto nº 24.383 de 09 de maio de 2007	2007	Tombado	Fl. 43
Aracajú	São José	Rua Campo do Brito, nº 551	Conjunto de edificações	Imóvel do Instituto Parreiras Horta	Decreto nº 25.058, de 21 de fevereiro de 2008	2008	Tombado	Fl.44
Aracajú	Centro	Av. Ivo do Prado, s/n	Edificação	Ponte do Imperador	Decreto nº 29.556, de 23 de outubro de 2013	2013	Tombado	Fl. 53
Aracajú	Centro	Praça Olimpio Campos, 11	Edificação	Prédio do Cacique Chá	Decreto nº 29.557,23 de outubro de 2013	2013	Tombado	Fl. 54

Aracajú	América	Praça da Liberdade, s/n	Edificação	Prédio da Antiga Penitenciária	Decreto 29.559, de 23 de outubro de 2013	2013	Tombado	Fl. 55
Aracajú	Industrial	Rua Dr. Thalles Ferraz, nº 110	Edificação	Capela São João Batista	Decreto nº 30.079, de 06 de outubro de 2015	2015	Tombado	Fl. 57

Fonte: Elaborado a partir de dados não publicados de Bruno Sanches Ranzani da Silva [2020].

## APÊNDICE E - Lista de Bens Tombados a nível Municipal

Tabela 7 - Lista de Bens Tombados a nível Municipal

LOCALIZAÇÃO DO BEM		INFORMAÇÕES DO BEM						DADOS DO BEM (LIVRO)	
MUNICÍPIO	Zona	Logradouro	Classificação	Nome	Nº do Processo	Ano de abertura	Ano de conclusão	Estágio	nº 1 - Geral
Aracajú	Centro	Rua Laranjeiras, 110	Edificação	Capela de São Salvador	Não consta	Não consta	Não consta	Tombado	?

Fonte: Elaborado a partir de dados não publicados de Bruno Sanches Ranzani da Silva [2020].

## ANEXOS

## ANEXO A – Censo Demográfico IBGE, 2010

Tabela 8- Características Gerais da População - Resultados da amostra

Censo Demográfico 2010 - Características Gerais da População - Resultados da amostra

Tabela 1.3.5 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas e alfabetização, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2010

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas e alfabetização					
	Total <sup>24</sup>	Alfabetizadas	Pelo menos uma das deficiências investigadas		Nenhuma das deficiências investigadas	
			Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas
<b>Total</b>	<b>176 949 066</b>	<b>158 311 433</b>	<b>45 220 745</b>	<b>36 964 660</b>	<b>131 665 498</b>	<b>121 308 063</b>
5 a 9 anos	14 967 767	10 589 797	1 147 368	781 590	13 818 227	9 807 583
5 e 6 anos	5 825 378	2 848 212	322 047	139 638	5 502 555	2 708 434
7 a 9 anos	9 142 390	7 741 585	825 322	641 952	8 315 671	7 099 149
10 a 14 anos	17 167 135	16 567 640	1 926 730	1 764 021	15 237 845	14 802 640
15 a 19 anos	16 986 788	16 659 025	2 017 529	1 894 162	14 966 031	14 763 120
20 a 24 anos	17 240 864	16 801 664	2 215 799	2 069 238	15 016 938	14 727 332
25 a 29 anos	17 102 917	16 446 213	2 376 938	2 188 584	14 715 518	14 250 948
30 a 39 anos	29 632 807	27 722 439	5 038 527	4 469 700	24 578 326	23 242 239
40 a 49 anos	24 843 143	22 428 677	8 560 642	7 405 914	16 272 203	15 015 772
50 anos ou mais	39 007 645	31 095 977	21 937 212	16 391 450	17 060 412	14 698 430
<b>Homens</b>	<b>86 381 289</b>	<b>76 790 893</b>	<b>19 600 953</b>	<b>15 871 348</b>	<b>66 737 722</b>	<b>60 891 955</b>
5 a 9 anos	7 623 609	5 259 990	585 371	374 081	7 037 101	4 885 688
5 e 6 anos	2 967 240	1 412 439	170 261	69 446	2 796 477	1 342 928
7 a 9 anos	4 656 369	3 847 551	415 109	304 635	4 240 624	3 542 760
10 a 14 anos	8 727 095	8 331 301	905 501	803 242	7 820 326	7 527 588
15 a 19 anos	8 557 608	8 334 631	883 678	805 890	7 672 216	7 527 789
20 a 24 anos	8 627 665	8 338 517	977 292	888 110	7 644 341	7 446 519
25 a 29 anos	8 458 790	8 041 738	1 049 229	938 591	7 401 409	7 098 031
30 a 39 anos	14 485 258	13 344 518	2 178 044	1 874 973	12 295 723	11 461 450
40 a 49 anos	12 012 693	10 711 679	3 612 635	3 063 379	8 392 951	7 643 240
50 anos ou mais	17 888 572	14 428 518	9 409 205	7 123 081	8 473 655	7 301 650
<b>Mulheres</b>	<b>90 567 777</b>	<b>81 520 540</b>	<b>25 619 792</b>	<b>21 093 312</b>	<b>64 927 776</b>	<b>60 416 108</b>
5 a 9 anos	7 344 159	5 329 807	561 998	407 509	6 781 125	4 921 895
5 e 6 anos	2 858 138	1 435 773	151 785	70 192	2 706 078	1 365 506
7 a 9 anos	4 486 021	3 894 034	410 212	337 317	4 075 047	3 556 389
10 a 14 anos	8 440 040	8 236 339	1 021 229	960 779	7 417 519	7 275 052
15 a 19 anos	8 429 180	8 324 394	1 133 851	1 088 272	7 293 814	7 235 332
20 a 24 anos	8 613 199	8 463 147	1 238 507	1 181 127	7 372 596	7 280 812
25 a 29 anos	8 644 127	8 404 475	1 327 710	1 249 992	7 314 108	7 152 917
30 a 39 anos	15 147 549	14 377 921	2 860 483	2 594 728	12 282 603	11 780 789
40 a 49 anos	12 830 450	11 716 998	4 948 007	4 342 535	7 879 252	7 372 532
50 anos ou mais	21 119 072	16 667 459	12 528 008	9 268 369	8 586 758	7 396 779

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2020-07-09.<sup>24</sup> Inclusive as pessoas sem declaração de pelo menos uma das deficiências investigadas.

## ANEXO B – Plano de Trabalho: Urbanização e segregação social em Aracaju

Figura 7 – Cópia do Plano de Trabalho: Urbanização e Segregação Social em Aracaju

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas  
 UFS - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - Sessão: 01/28  
 BRUNO SANCHES R. DA SILVA Semestre atual: 2019.2  
 DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA (11.19.09)

**PORTAL DO DOCENTE > PLANO DE TRABALHO**

**PLANO DE TRABALHO**

**Projeto de Pesquisa:** PVF7594-2019 - Arqueologias em tempos e culturas, pela consciência crítica de mundos em conflito  
**Orientador:** BRUNO SANCHES RANZANI DA SILVA  
**Centro:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
**Departamento:** DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA  
**Discente:** 201700039383 - EVILY IGOR SANTOS  
**Tipo de Bolsa:** VOLUNTÁRIO (IC)  
**Status do Plano:** EM ANDAMENTO  
**Cota:** PIBIC 2019/2020 (01/08/2019 a 31/07/2020)  
**Editais:** Edital n.º 02/2019 COPE/POSGRAP/UFS

**CORPO DO PLANO DE TRABALHO**

**Título**  
 Urbanização e segregação social em Aracaju

**Palavras-chave**  
 Arqueologia contemporânea; Patrimônio cultural; Arquitetura e Urbanismo

**Descrição Resumida**  
 Este plano de trabalho é voltado ao entendimento histórico do desenvolvimento urbano de Aracaju, na busca da construção de espaços de alto valor social e econômico, bem como aqueles de segregação. Essa etapa é fundamental para entender os processos de valorização do espaço urbano de Aracaju e que papel assumem os bens patrimoniais nesse processo. Ao final, esperamos um mapeamento histórico do valor econômico e social dos bairros da cidade, permitindo-nos o cruzamento dessas informações com aquelas levantadas sobre os bens tombados ou de interesse público no município.

**Objetivos Específicos**  
 Neste plano de trabalho, procuraremos responder às seguintes perguntas:  
 a) Se e como a expansão urbana de Aracaju tem construído espaços/bairros/setores de segregação social.  
 b) Como os processos de patrimonialização tem participado desse mecanismo.

**Metodologia Aplicada**  
 Respondendo a um primeiro momento do projeto de pesquisa, este plano de trabalho focará no levantamento bibliográfico e possíveis parcerias científicas que permitam um mapeamento sólido dos estudos históricos e antropológicos sobre o espaço urbano em Aracaju. Vale observar que quaisquer etapas que envolvam entrevistas e etnografias seguirão as premissas definidas no projeto central.  
 a) Pesquisa bibliográfica em banco de dados virtual (Google acadêmico, Banco Nacional de Teses e Dissertações, Scielo, Biblioteca UFS) por trabalhos acadêmicos sobre o histórico da constituição e expansão urbana de Aracaju.  
 b) Mapeamento de Grupos de Pesquisa da UFS que trabalhem com arquitetura e urbanismo, história urbana, história de Sergipe e/ou Aracaju, antropologia urbana, para possíveis parcerias e conhecimento de projetos em comum que estejam em andamento.  
 c) Acompanhamento documental e etnográfico sobre o desenvolvimento do Plano Diretor de Aracaju (ainda a ser implementado).

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

Atividade	Ago	Set	2019 Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	2020 Abr	Mai	Jun	Jul
REVISÃO DE LITERATURA MAPEAMENTO DE GRUPOS DE PESQUISA E CONTATO SOBRE PARCERIAS SELEÇÃO E LEITURAS DE TRABALHOS ENCONTRADOS ELABORAÇÃO DE UM MAPA DE ÁREAS DE INTERESSE PARA CONTINUIDADE DO PROJETO RELATÓRIOS (PARCIAL E FINAL)												

**HISTÓRICO DE BOLSISTAS**

Discente	Início	Fim	Situação
201700039383 - EVILY IGOR SANTOS	10/09/2019	---	EM ANDAMENTO
201700039383 - EVILY IGOR SANTOS	---	---	EXCLUÍDO

**HISTÓRICO DO PLANO DE TRABALHO**

Data/Hora	Situação
09/09/2019 17:02	EM ANDAMENTO

Fonte: Recortado e editado a partir do Plano de Trabalho constante no SIGAA<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe (SIGAA UFS), 2020.